



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CÊNCIAS E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO APLICADAS
CURSO DE PEDAGOGIA

**EDUCAÇÃO INDÍGENA:
da oralidade ancestral a *práxis* pedagógica libertadora a educação
Escolar Indígena Potiguara.**

Imagem nº: 1



Fonte: Francinaldo Ferreira, 2024. Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Akajutibiró – Aldeia Akajutibiró – Baia da Traição – Paraíba.

**Discente: Viviane Duarte Evangelista
Orientador: PhD Paulo Roberto Palhano Silva**

**Mamanguape –
2024**

VIVIANE DUARTE EVANGELISTA

**EDUCAÇÃO INDÍGENA:
da oralidade ancestral a *práxis* pedagógica libertadora a educação
Escolar Indígena Potiguara.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal da Paraíba – Campus IV,
em cumprimento aos requisitos para a obtenção
do título de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof. PhD. Paulo Roberto Palhano
Silva

Mamanguape-PB

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

E92e Evangelista, Viviane Duarte.
Educação indígena : da oralidade ancestral a práxis pedagógica libertadora a educação escolar indígena potiguara / Viviane Duarte Evangelista. - Mamanguape, 2024.
74 f. : il.

Orientação: Paulo Roberto Palhano Silva.
TCC (Graduação) - UFPB/CCAE.

1. Educação Indígena. 2. Oralidade. 3. Indígena - Potiguara. I. Silva, Paulo Roberto Palhano. II. Título.

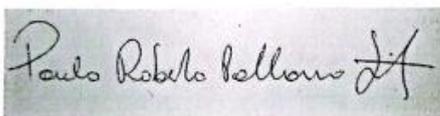
UFPB/CCAE

CDU 37(=1-82)

**EDUCAÇÃO INDÍGENA:
da oralidade ancestral a *práxis* pedagógica libertadora a
educação Escolar Indígena Potiguara.**

Trabalho de Conclusão de Curso -
Monografia, apresentada ao Curso de
Pedagogia do campus- IV da UFPB.
Como requisito obrigatório para a
obtenção do título de graduação em
Pedagogia.

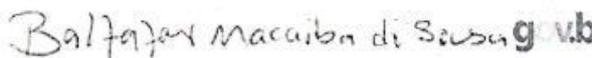
BANCA EXAMINADORA



gov.br

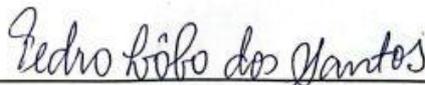
Documento assinado digitalmente
PAULO ROBERTO PALHANO SILVA
Data: 19/11/2024 10:56:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^o PhD. Paulo Roberto Palhano Silva - UFPB-Orientador

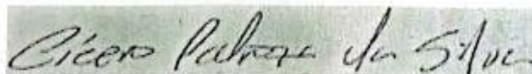


Documento assinado digitalmente
BALTAZAR MACAIBA DE SOUSA
Data: 20/11/2024 01:08:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^o. Dr. Baltazar Macaíba de Souza - UFPB - Examinador 1



Prof.^o. Doutorando Pedro Lôbo dos Santos - UFPB - Examinador 2



Prof.^o. Dr. Cícero Pedroza da Silva- UEPB - Suplente

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos Povos Originários, de modo especial ao Povo Potiguara da Paraíba, a qual pertencço, À minha mãe adotiva, Anailde Rodrigues da Silva (Dona Moça), que sempre foi meu maior exemplo de amor, dedicação e força.

Seu carinho, apoio incondicional e sabedoria me guiaram em cada passo desta jornada. Você me ensinou que o verdadeiro significado de família vai muito além dos laços de sangue.

Este trabalho é uma pequena parte do que aprendi com você, e dedico a você, com todo o amor e gratidão, por acreditar em mim e por ser minha maior inspiração.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, ***agradeço aos meus ancestrais*** ao povo Potiguara que me ensinou a práxis pedagógica libertadora, cujos preciosos ensinamentos sobre educação indígena, cultura e história Potiguara possuem grande relevância, inclusive constituem a base deste estudo. Sua sabedoria e resistência são fontes inesgotáveis de inspiração. Daí, foi possível reflexionar sobre “**EDUCAÇÃO INDÍGENA: da oralidade ancestral a *práxis* pedagógica libertadora a educação Escolar Indígena Potiguara.**

Agradeço à minha família, meus filhos Kerven, Juliano e Juliane, por todo o amor, paciência e apoio durante esta jornada. Sempre disse: a minha família é meu porto seguro em todos os momentos de vida.

Agradeço ao meu querido marido GILMAR CASSIMIRO, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos dessa jornada acadêmica. Sua paciência, compreensão e apoio incondicional foram fundamentais para que eu pudesse alcançar este objetivo. Agradeço por todas as palavras de incentivo, por acreditar em mim, e por estar sempre presente, oferecendo todo o suporte necessário. Este trabalho é também um reflexo do seu amor e dedicação. Muito obrigada por ser meu companheiro em todas as etapas da vida.

Agradeço ao meu orientador, o professor PhD Paulo Roberto Palhano Silva pela orientação, paciência, estímulo e dedicação ao longo de todo o processo. Suas orientações foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos educadores Terezinha, Francimaria, Valdenice, Antônio Alberto, Sabrina e Aline por todo apoio e suporte nessa jornada e colegas Alidiane, Dilma, Maria Aparecida, Jaqueline e Tancredo por sempre estarem presentes e que, de alguma forma, contribuíram com suas reflexões, críticas e incentivos, muito obrigado. A troca de experiências foi essencial para o aprimoramento deste estudo.

Agradeço a Universidade Federal da Paraíba a qual sou grata e a todas as pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho se concretizasse.

Assim, expresso a minha gratidão.

RESUMO

Este trabalho tem como objeto a **práxis** da educação indígena. Como objetivo perceber a relação da oralidade ancestral na prática pedagógica na educação escolar Indígena Potiguara. Como objetivos: a) estudar a vinculação da oralidade ancestral como uma prática pedagógica fundamental na educação escolar indígena da etnia Potiguara; b) buscar perceber o processo de transmissão do saber ancestral via a oral visando ampliar os conhecimentos e a preservação da cultura, história e identidade do povo Potiguara; c) analisar como a oralidade ancestral é vinculada com a prática pedagógica exercida no chão da escola indígena. Tal objetivo se justifica pelo fato de a cultura Potiguara ser uma das culturas indígenas mais antigas e ricas do Brasil. Percebe-se que a oralidade ancestral se constitui como cultura que é composta por narrativas orais e histórias, transmitidas de geração em geração. A valorização e preservação desse conhecimento ancestral é fundamental para a manutenção da identidade cultural do povo Potiguara. Além disso, a oralidade indígena apresenta características próprias, como a forma de expressão, ritmo e musicalidade, que podem contribuir para a diversificação das práticas pedagógicas e uma educação mais inclusiva e culturalmente sensível. Interculturalidade, bilingue e comunitária constituem as características da contemporânea Educação Indígena Potiguara. A ancoragem teórica deu-se com Palhano Silva (2017), Santos (2021), Cunha (2018), Ferreira (2017), Greenfield (2020), Goody (1987) e outros. O estudo adota uma abordagem qualitativa, realizando entrevistas com educadores e lideranças Potiguara, além de análise bibliográfica sobre o tema. Para realizar as entrevistas foi montado um roteiro com questões fundamentais para serem respondidas por educadores do chão da escola indígena e por lideranças indígenas vinculadas que possuem vínculos com a educação e as lutas do povo Potiguara. Os resultados indicam que a oralidade ancestral não apenas fortalece a identidade, o senso de pertencimento cultural, o processo de sociabilidade entre os parentes, a organicidade por meio dos grupos existentes nas comunidades, mas revela-se como uma matriz possuidora de uma conceitualidade genuína para a educação dos educandos e educadores Potiguara, produtor de diálogo entre o conhecimento tradicional ancestral e o saber científico, formando base intelectual, onde o povo indígena Potiguara seu capital cultural. Conclui-se que a valorização da oralidade como método pedagógico é essencial para o reconhecimento da diversidade cultural e para a construção de uma educação mais inclusiva e representativa para os povos indígenas.

Palavras-chave: Oralidade; Educação Indígena; Potiguara.

ABSTRACT

Este trabajo tiene como objeto la praxis de la educación indígena. Su objetivo es comprender la relación de la oralidad ancestral en la práctica pedagógica de la educación escolar indígena Potiguara. Los objetivos específicos son: a) estudiar la vinculación de la oralidad ancestral como una práctica pedagógica fundamental en la educación escolar indígena de la etnia Potiguara; b) buscar comprender el proceso de transmisión del saber ancestral a través de la oralidad con el fin de ampliar los conocimientos y preservar la cultura, historia e identidad del pueblo Potiguara; c) analizar cómo la oralidad ancestral está vinculada con la práctica pedagógica llevada a cabo en el contexto de la escuela indígena. Tal objetivo se justifica debido a que la cultura Potiguara es una de las culturas indígenas más antiguas y ricas de Brasil. Se observa que la oralidad ancestral se constituye como una cultura compuesta por narrativas orales e historias, transmitidas de generación en generación. La valorización y preservación de este conocimiento ancestral es fundamental para el mantenimiento de la identidad cultural del pueblo Potiguara. Además, la oralidad indígena presenta características propias, como la forma de expresión, el ritmo y la musicalidad, que pueden contribuir a la diversificación de las prácticas pedagógicas y a una educación más inclusiva y culturalmente sensible. La interculturalidad, el bilingüismo y el sentido comunitario son características de la educación indígena Potiguara contemporánea. La base teórica se construyó con Palhano Silva (2017), Santos (2021), Cunha (2018), Ferreira (2017), Greenfield (2020), Goody (1987) y otros. El estudio adopta un enfoque cualitativo, realizando entrevistas con educadores y líderes Potiguara, además de un análisis bibliográfico sobre el tema. Para realizar las entrevistas, se elaboró un guion con preguntas fundamentales a ser respondidas por educadores en el contexto de la escuela indígena y por líderes indígenas vinculados a la educación y las luchas del pueblo Potiguara. Los resultados indican que la oralidad ancestral no solo fortalece la identidad, el sentido de pertenencia cultural, el proceso de socialización entre los miembros de la comunidad, y la organización mediante los grupos existentes en las comunidades, sino que también se revela como una matriz poseedora de una conceptualización genuina para la educación de los estudiantes y educadores Potiguara, promoviendo el diálogo entre el conocimiento tradicional ancestral y el saber científico, formando una base intelectual donde el pueblo indígena Potiguara constituye su capital cultural. Se concluye que la valorización de la oralidad como método pedagógico es esencial para el reconocimiento de la diversidad cultural y para la construcción de una educación más inclusiva y representativa para los pueblos indígenas.

Palabras clave: Oralidad; Educación Indígena; Potiguara.

LISTA DE SIGLAS

CCAIE: Centro de Ciências Aplicada e Educação

DED: Departamento de Educação

FUNAI: Fundação Nacional dos Povos Indígenas

LDB: Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional

PB: Paraíba

RCNEI: Referencial Curricular para Escolas Indígenas

SPI: Serviço de Proteção ao Índio.

TI: Terra Indígena.

UFPB: Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1: Imagem da Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Akajutibiró – Aldeia Akajutibiró – Baía da Traição – Paraíba.

Figura 2: Cacique Faustino (in memória), com maracá na mão esquerda, seguido por indígenas com instrumentos musicais, na saída das furnas, em ritual no dia 19 de abril, repetindo um ato dos seus ancestrais.

Figura 3: Maracá indígena Potiguara. Fonte: Internet, 2024.

Figura 4: Momento em que Indígenas Potiguaras parte para realizar o processo de demarcação da Terra Indígena Potiguara na Baía da Traição – Paraíba. O processo de territorialização dos potiguara. Fonte/Foto: Tiuré, 1981.

Figura 5: Momento em que Indígenas Potiguaras parte para realizar o processo de demarcação da Terra Indígena Potiguara na Baía da Traição – Paraíba. Fonte/ Foto : Tiuré, 1981.

Figura 6: Momento em que Indígenas Potiguaras parte para realizar o processo de demarcação da Terra Indígena Potiguara na Baía da Traição – Paraíba. Fonte/Foto : Tiuré, 1981.

Figura 7: Marco de pedra da área doada por D. Pedro II em 1859 na Baía da Traição – Paraíba. Fonte/Foto: Tiuré, 1981.

Figura 8: Fotografia da Educadora Nilda Faustino Potiguara, aldeia São Francisco – Baía da Traição – PB. Filha do grande Cacique Potiguara Faustino Potiguara. **Fonte/Foto:** Paulo Palhano, 2015.

Figura 9: Jovem Potiguara sendo pintado. **Fonte:** Internet, 2024.

Figura 10: Escola Indígena de Ensino Fundamental e Médio Akajutibiró – Baía da Traição – Paraíba. Fotografia Francinaldo Ferreira.2018.

Figura 11: Toré na Aldeia Akajutibiró, 2024.

Figura 12: Capa do livro Potiguara: a visão dos indígenas. **Fonte:** Internet, 2024.

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem objeto a *práxis* da educação indígena. Como objetivo perceber a relação da oralidade ancestral na prática pedagógica na educação escolar Indígena Potiguara.

Quem escreve descrevendo, relatando e analisando apresenta um ponto de vista, uma visão de mundo. No artigo, a produção prática e teórica exposta reflete o perfil de quem tem sangue e as raízes da ancestralidade Potiguara.

Sabe-se que a oralidade ancestral tem sido um dos pilares centrais na transmissão de saberes, valores e tradições das diversas culturas indígenas ao redor do mundo, e no Brasil, e não seria diferente com o Povo Potiguara situado no Vale do Mamanguape na Paraíba.

Para os povos indígenas, a oralidade vai além de uma simples ferramenta de comunicação, sendo a base de um sistema pedagógico informal, transmitido por meio de histórias, cantos, rituais e ensinamentos passados de geração em geração nos núcleos familiares. Entre o Povo Potiguara, grupo indígena situado no litoral norte da Paraíba, essa prática da oralidade se revela como uma forma de preservar e manter viva a identidade cultural. A inserção dessa tradição em contextos formais de educação escolar é um desafio constante, mas também uma oportunidade para integrar práticas culturais ao processo de ensino-aprendizagem. Na foto nº 2, os indígenas usam a musicalidade para fortalecer-se ao caminhar quando saem do ambiente sagrado, as furnas, na Aldeia São Francisco, Baía da Traição. Na caminhada aligeirada os indígenas continuam ritualizando cantando, tocando seus instrumentos em direção ao ambiente dos cajueiros visando a dança do grande toré. Nesse momento do interior das furnas e da caminhada, a oralidade se dá pelas orações e pela musicalidade que remete ao aprendizado das memórias dos ancestrais. Já no toré, a oralidade ancestral continua na centralidade, pois os indígenas recorrem a ritualização que envolve: caminhada e dança de forma circular, realizando passos e molejo corporal bem definidos, uma musicalidade própria, envolvendo tanto os que estão no círculo dançando, como os parentes que ficam no entorno do círculo, também cantando, e muitas vezes, dançando no espaço em que se encontra. A oralidade se expressa nas orações, geralmente como suplicas ao grandioso ser universal Tupã.

Essa oralidade se expressa como *práxis*, pois ano após ano os indígenas voltam a esse espaço sagrado no dia 19 de abril para realizar a grande festividade, onde os gostos são múltiplos, mas há uma unidade que é expressa por todos os indígenas, independente do núcleo familiar ou da posição hierárquica, da faixa etária, mas que é pedagogia por causa da vivenciada e é libertadora pelo fato de buscarem romper com 'defeitos', 'pecados', 'intrigas', buscando melhorar de vida.

Historicamente, o Brasil adotou um modelo educacional fortemente influenciado pela colonização europeia, priorizando formas de ensino pautadas na escrita e em metodologias formais. A educação escolar indígena, por muito tempo, esteve à margem dessas políticas, sendo muitas vezes relegada a uma condição de invisibilidade ou subjugada a práticas.

A oralidade ancestral na educação indígena se diferencia das formas tradicionais de ensino ocidental ao valorizar o conhecimento transmitido pela experiência e pela convivência comunitária. Diversos estudos apontam que, enquanto a escrita é uma ferramenta importante para o registro formal de informações, a oralidade permite uma abordagem mais dinâmica, onde o conhecimento é continuamente adaptado e atualizado de acordo com as necessidades da comunidade (GOODY, 1987). Esse aspecto é particularmente relevante na educação indígena, onde o contexto local e os valores culturais desempenham um papel central na formação dos indivíduos.

No processo constituinte os povos indígenas do Brasil se reuniram e se uniram participando dos atos democráticos, visando o levantamento de identidades e proposituras dos povos das florestas. Assim, conseguiram que suas vozes e propostas fossem ouvidas e ganhasse acento na Constituição Federal de 1988. A mesma coisa se deu no âmbito do sistema educativo, pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) trouxeram significativos avanços no reconhecimento da diversidade cultural e na garantia de uma educação específica, diferenciada e bilíngue para os povos indígenas, abrindo espaço para que suas práticas ancestrais, como a oralidade, fossem incorporadas aos currículos escolares (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996).

Apesar dos avanços no reconhecimento das especificidades da educação indígena, ainda existem desafios consideráveis para a efetiva implementação da oralidade ancestral no contexto escolar. A imposição de currículos padronizados, a escassez de materiais didáticos adaptados e a falta de formação específica para

professores são obstáculos que limitam o potencial transformador da educação indígena. Além disso, a pressão para a integração dos povos indígenas ao modelo ocidental de educação frequentemente resulta na marginalização de suas práticas culturais, incluindo a oralidade (FERNANDES, 2019).

Outro desafio enfrentado pelas comunidades indígenas, como os Potiguara, é a própria dinâmica de contato com a sociedade envolvente o avanço da modernidade. A introdução de tecnologias e novas formas de comunicação, como a internet e o uso de dispositivos eletrônicos, impacta diretamente a preservação das tradições orais. Embora essas ferramentas possam ser aliadas na valorização da cultura indígena, há também o risco de que a oralidade seja enfraquecida, especialmente entre os jovens, que muitas vezes veem essas práticas como menos atrativas em comparação com os modelos modernos de comunicação (CUNHA, 2018).

Conceitualmente, a oralidade é compreendida na literatura acadêmica como um modo de transmissão de conhecimento que privilegia o discurso falado sobre o escrito. Segundo Ong (1988), as sociedades de cultura oral desenvolvem mecanismos próprios para garantir a retenção e transmissão de conhecimentos, como a repetição e o uso de fórmulas fixas. Na pedagogia indígena, esses conceitos são integrados a uma visão holística de mundo, onde os ensinamentos não se limitam ao ambiente escolar, mas se expandem para todos os aspectos da vida comunitária.

No contexto específico da educação escolar indígena Potiguara, a integração da oralidade ancestral ao currículo formal tem se mostrado uma forma eficaz de promover a aprendizagem significativa. Estudos recentes indicam que práticas como rodas de histórias, cantos tradicionais e rituais ajudam os estudantes a se conectar com suas raízes e, ao mesmo tempo, desenvolver habilidades cognitivas e sociais (SILVA, 2020). Nesse sentido, a escola pode se tornar um espaço de resistência cultural, onde a oralidade ancestral é reconhecida e valorizada, não como um saber inferior, mas como uma prática pedagógica legítima e fundamental para a formação integral dos alunos.

Assim, este estudo justifica-se por sua relevância tanto para o campo da educação quanto para a preservação da identidade cultural dos povos indígenas, em particular, dos Potiguara. Ao investigar a integração da oralidade ancestral no contexto escolar, pretende-se contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeitem e valorizem a diversidade cultural, além de fortalecer o papel da educação indígena como um espaço de resistência e preservação cultural.

APRESENTAÇÃO

EDUCAÇÃO INDÍGENA: DA ORALIDADE ANCESTRAL A *PRÁXIS* PEDAGÓGICA LIBERTADORA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA POTIGUARA

Imagem nº 2



Fonte: Internet, 2024. Cacique Faustino (in memória), com maracá na mão esquerda, seguido por indígenas com instrumentos musicais, na saída das furnas, em ritual no dia 19 de abril, repetindo um ato dos seus ancestrais.

METODOLOGIA

O presente capítulo tem como objetivo analisar os dados obtidos por meio de entrevistas realizadas com professores indígenas, anciãos e alunos da comunidade potiguara. O método de entrevista foi escolhido por sua capacidade de captar as nuances subjetivas e culturais da oralidade ancestral como prática pedagógica, permitindo uma compreensão profunda dos significados atribuídos a essa prática na educação.

Foram entrevistados 6 indivíduos, sendo 3 professores da escola indígena Potiguara e 3 Lideranças. Os educadores tinham entre 30 e 50 anos de idade. Já as lideranças também tinham o mesmo perfil.

Tipo de Pesquisa

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, uma vez que visa compreender e interpretar as práticas pedagógicas relacionadas à oralidade ancestral no contexto da educação escolar indígena Potiguara.

A abordagem qualitativa é apropriada, pois busca-se captar as significações culturais e pedagógicas que emergem das narrativas orais e do saber tradicional da comunidade Potiguara. Além disso, trata-se de uma pesquisa de campo, já que envolve a interação direta com o ambiente escolar indígena e seus atores, buscando capturar suas práticas e percepções em relação à oralidade como instrumento pedagógico.

Local de Pesquisa

A pesquisa foi realizada especialmente com aqueles indígenas da aldeia Akajutibiró, situada no município da Baía da Traição no estado da Paraíba. O território Potiguara é um espaço de preservação cultural, onde a ancestralidade é vivenciada e transmitida, o que torna o ambiente escolar um lugar estratégico para a investigação do papel da oralidade no processo educacional.

Sujeitos da Pesquisa

Os sujeitos da pesquisa serão os professores indígenas que atuam nas escolas da comunidade Potiguara, além de anciãos e lideranças comunitárias que detêm o saber tradicional e participam ativamente da transmissão da oralidade ancestral, com o intuito de compreender suas percepções e vivências em relação ao uso da oralidade ancestral no processo educativo.

A seleção dos sujeitos será feita de maneira intencional, levando em consideração o papel que desempenham na transmissão do conhecimento oral. Serão entrevistados 6 participantes, garantindo a diversidade de perspectivas entre os diferentes grupos.

Deve-se dizer que outros sujeitos, externos a essa aldeia, foram convidados a colaborar com esse trabalho. E, justifica-se pelo seu envolvimento com a educação indígena e sua importância no contexto da afirmação étnica Potiguara.

Instrumentos de Coleta de Dados

A coleta de dados será realizada por meio de três instrumentos principais:

- a) Entrevistas semiestruturadas: As entrevistas serão aplicadas a professores, anciãos e lideranças indígenas, com o intuito de explorar suas percepções sobre o uso da oralidade ancestral nas práticas pedagógicas. O roteiro de entrevistas será elaborado com base em temas centrais como a preservação da cultura, a oralidade como método de ensino, e a relação entre tradição e modernidade na educação escolar.
- b) Observação Participante: A observação foi realizada na escola durante as aulas e eventos culturais em que a oralidade ancestral seja utilizada. O objetivo é registrar, em cadernos de campo, como essa prática é inserida no cotidiano pedagógico e de que forma os alunos interagem com o conteúdo transmitido oralmente. A observação será não interventiva, com o pesquisador inserido no contexto escolar de maneira discreta.
- c) Análise documental: Serão analisados documentos escolares, como projetos pedagógicos, planos de aula e materiais didáticos utilizados nas escolas indígenas Potiguara. Esta análise tem o objetivo de identificar se é como a oralidade ancestral está incorporada formalmente nas práticas pedagógicas e curriculares.

Procedimentos de análise de dados

Os dados coletados serão analisados por meio da análise de conteúdo, uma técnica adequada para a interpretação de dados qualitativos, sobretudo narrativas e discursos. A análise será conduzida em três etapas:

1. Codificação inicial: As entrevistas e anotações das observações serão transcritas e lidas na íntegra para a identificação de categorias temáticas relevantes, como “oralidade ancestral”, “transmissão de saberes” e “educação indígena”.
2. Agrupamento das categorias: A partir das categorias iniciais, será feita uma análise comparativa entre os diferentes relatos e observações, buscando identificar padrões, semelhanças e divergências na utilização da oralidade ancestral como ferramenta pedagógica.
3. Interpretação dos dados: Os dados serão interpretados à luz de referenciais teóricos que discutem a educação escolar indígena e a importância da oralidade nas culturas tradicionais. Serão utilizados autores como Palhano Silva e Nascimento, Krenak, Mendonça, Nascimento e Barcellos, Goody entre outros para fundamentar as discussões.

Aspectos éticos

A pesquisa seguirá os princípios éticos definidos pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a pesquisa com seres humanos no Brasil. Todos os participantes serão informados sobre os objetivos do estudo e assinarão um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo a voluntariedade de sua participação e a confidencialidade de suas informações.

Especial atenção será dada ao respeito às tradições e práticas culturais da comunidade Potiguara, sendo fundamental a consulta e o consentimento prévio das lideranças indígenas para a realização da pesquisa. O respeito à cosmovisão indígena e às formas de transmissão de saberes será um princípio norteador em todas as fases da pesquisa.

O trabalho encontra-se distribuído em vários capítulos, a saber:

O capítulo 1 traz o título O POVO POTIGUARA: da resistência étnica à resistência por direitos. A ideia central é apresentar algumas resistências étnicas

realizadas pelos Potiguara visando seus direitos. E, revelando uma *práxis* que fortalece a identidade, pertencimento, sociabilidade e organicidade nas lutas sociais pelos Potiguaras.

O capítulo 2 aborda POVO POTIGUARA: a educação escolar indígena no Brasil. Busca destacar alguns aspectos que foram vivenciados na educação escolar indígena do Brasil, inclusive na Paraíba.

O capítulo 3 registra POVO POTIGUARA: a Oralidade Ancestral que se faz *práxis* com educação libertadora na prática pedagógica na Educação Escolar Indígena”. Na conclusão é realçado como a EDUCAÇÃO INDIGENA: da oralidade ancestral a *práxis* pedagógica libertadora a educação Escolar Indígena Potiguara. Há um conjunto de características que evidenciam a utilização da oralidade no ambiente escolar indígena favorecendo a identidade, pertencimento, sociabilidade e organicidade do povo Potiguara.

A oralidade ancestral está no centro desse trabalho acadêmico juntamente por ser compreendida como uma *práxis* pedagógica libertadora, visto que é constituída por um conjunto que pode ser compreendida, reflexionada, compartilhada, além de envolver memória espiritual, afetiva, amorosa, moral que produz conduta, sendo o chão da escola indígena um espaço privilegiado para ser apreendida, incorporada, fortalecendo a identidade, o pertencimento, a sociabilidade e a organicidade. Para tal, esse trabalho pautou-se em leituras da vida e acadêmicas, realizando uma ação dialógica entre a prática e teoria, buscando compreender como a oralidade ancestral colabora com o mundo escolar indígena.

1. O POVO POTIGUARA: DA RESISTÊNCIA ÉTNICA À RESISTÊNCIA POR DIREITOS

Figura nº: 3



Fonte: Internet, 2024. Maracá indígena Potiguar.

O maracá é instrumento produzido pelas mãos e tocado com a inteligência dos Potiguara que produz uma sonoridade ímpar, um som inigualável, sendo executado para uma multiplicidade de funções, desde o iniciar e ritimizar uma musicalidade, a conduzir a marcação dos passos de uma dança, de indicar que uma atividade está sendo iniciada ou encerrada, como o toré, ou mesmo para convidar quem está perto ou longe a si aproximar. É produzido a partir de produtos encontrados na natureza e advêm da antiguidade dos ancestrais Potiguara. Por tanto, um símbolo de resistência étnica do povo Potiguara. (Palhano Silva, 2024).

Introdução

O capítulo tem como título e objeto o POVO PORIGUARA: da resistência étnica à resistência por direitos. Procurar-se-á apresentar um breve perfil do povo étnico e autônomo Potiguara, buscando destacar momentos de resistência

1.1. ORIGEM DOS POTIGUARA

Segundo Lusival Barcellos (2012, *apud* Cantero, 2015), a designação Potiguara tem sua origem no termo Potiguar que é como se nomeava historicamente aos índios de família linguística Tupi que habitavam o litoral nordeste brasileiro no século XVI. A palavra Potiguara, de origem Tupinambá, tem recebido diferentes traduções segundo diversos autores, sendo a mais habitual “comedor de camarão”.

O povo Potiguara é originário da Amazônia, precisamente dos rios Madeira e Amazônia como seu próprio nome, anos depois migraram para o nordeste, possuía uma população estimada no século XVI, de 100 mil indígenas, hoje a população potiguara encontra – se com uma população que chega a quase 15 mil índios, sabendo-se que tem Potiguara na Paraíba e nos estados do Rio Grande do Norte e Ceará. Bem como, noutros estados do Brasil devido aos processos de migração.

Na contemporaneidade, os municípios que se encontra os Potiguara são: Baía da Traição, Marcação e Rio Tinto, divididos em três terras indígenas (TI), que origina o território indígena com 32 aldeias. O território indígena é formado pela terra indígena de São Miguel que corresponde o município de Baía da Traição, a terra indígena de São domingos que corresponde a Marcação e a terra indígena de Monte Mor que corresponde as aldeias de Rio Tinto. Com uma superfície de aproximadamente 34 mil hectares. Os Potiguara provavelmente são os únicos dentre os povos indígenas a viver no mesmo lugar desde os tempos dos colonizadores. Os Potiguara fazem parte dos povos da família linguística Tupi-Guarani, mas hoje falam somente o português, como acontece entre a grande maioria dos grupos indígenas da região Nordeste, com exceção dos Fulni-ô de Pernambuco.

Palhano Silva e Nascimento (2014), pesquisadores da questão indígena, após anos de convivência e pesquisa com a nação Potiguara, fazem anotações registrando a presença dos Potiguara no Nordeste, com especial ênfase na Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará:

Sua territorialidade situa-se em 32 aldeias em Rio Tinto, Marcação e Baía da Traição, nas terras da Paraíba, mas há registros dos Potiguara no Catu, em Canguaretama, em Goianinha, Baía Formosa e no Amarelão, em João Câmara, no estado do Rio Grande do Norte, além do Ceará. Os registros históricos indicam a existência do Povo

Indígena Potiguara desde 1500, resistência étnica que atravessa séculos, alimentando-se do cultivo de práticas ritualísticas espirituais, culturais e das tradições. (Palhano Silva e Nascimento (2014, p. 216).

A resistência do Povo Potiguara, segundo Palhano Silva Nascimento (2014) pode ser percebida na leitura de sua rica história, cuja trajetória é marcada por um conjunto de luta pela terra e de ações para manter a cultura.

Atualmente, os Potiguara reconquistaram grande parte de suas terras, onde vivem buscando retomar a harmonia com a natureza e com as forças dos elementos: fogo, ar, terra e água. Na região, há um conjunto de escolas indígenas de ensino fundamental e médio que vem retomando a cultura, a língua materna Tupy, tratando da inculturalidade, com calendários e currículos escolares que tratem de aprofundar conhecimentos na tradição e nos valores da etnia. Cerca de 500 indígenas já têm acesso ao ensino universitário, ampliando e fortalecendo o capital cultural Potiguara. Alguns grupos de pesquisa e extensão universitária vêm aproximando-se dessa etnia, objetivando acompanhá-la, estudá-la, apoiá-la, mas certamente nunca descobriram os segredos de sua longa e profícua existência. (Palhano Silva e Nascimento (2014, p. 216).

1.2 Potiguaras da Paraíba no Nordeste do Brasil

Não se pode falar da Paraíba sem falar da presença marcante dos povos indígenas que habitavam e ainda habita essas terras, esses povos são os Potiguaras e os Tabajaras, que são referência e protagonista da história paraibana no passado como no presente, povos esse que são originários desta terra, pois quando os Portugueses, Franceses e Holandeses invadiram o Nordeste os indígenas já habitavam.

Com a chegada dos Europeus fortemente marcada pela ganancia e apropriação dos recursos naturais (Pau Brasil, extração de minério, e a mão de obra escrava) e até mesmo a apropriação de terra, surgiram grandes conflitos com a população autóctone, ocasionando a matança de muitos indígenas. Para esses viajantes o potiguara ficou conhecido como 'GENTIOS BRAVOS' pois não se deixaram

dominar facilmente, e assim tentaram 'amansa-los' como se estabeleceu ao longo das tentativas, através da colonização portuguesa.

Segundo Barcellos (2005), os Potiguara formaram uma muralha ao longo do litoral, impedindo o avanço dos invasores em direção ao interior da Paraíba e, conseqüentemente, do Brasil. É um dos poucos exemplos de povos indígenas que se fixaram na "mãe terra" e conseguiram que sua etnia e suas tradições culturais e religiosas fossem relativamente preservadas, mesmo com toda imponência do invasor.

Até essa contemporaneidade da Era Informacional, essa permanência na terra continua sendo motivo de muita luta e persistência, devido a cobiça de usineiros, E é assim que acontece com várias gerações de guerreiros, onde os pais passam para seus filhos através do capital cultural como ser guerreiro e lutar por suas terras, costumes e direitos. Os indígenas aprendem desde cedo que a terra é sagrada e que são os guardiões dela, e com isso ela retribuí dando tudo o que precisam para subsistir e assim preservar o equilíbrio

1.3 História dos Potiguara no município de Baía da Traição – Paraíba

O mais significativo esteja na toponímia que denomina o lugar como "Baía da Traição", advindo os registros da forte resistência do povo Potiguara, quando houve o processo da colonização no Brasil. O povo Potiguara era a maior nação do Nordeste no século XVI. O primeiro nome foi Akajutibiró cujo significado remetia-se a presença de um imenso plantio de cajueiros 'brabos'. Akajutibiró tem significado de em tupi como caju azedo.

Já quanto a origem da terminologia que foi aplicada ao município há uma diversidade de informações: um historiador escreve que Baía da Traição tem esse nome porque "os indígenas mataram dois padres franciscanos no ano de 1505"; outros escrevem que o nome Traição está vinculado ao fato que a primeira expedição comandada por Américo Vespúcio, no ano de 1501, quando três marinheiros foram mortos e devorados pelos potiguaras antes recebidos amigavelmente, o que essa última versão levou a fundamentar que o potiguara praticava a antropofagia.

Em 1599, após a pacificação dos potiguaras iniciou o povoamento de Baía da Traição, formado por colonos e índios, onde sua principal atividade era agrícola e

pesqueira. Tornou-se municípios por três vezes, a primeira foi no ano de 1762, permanecendo até 1840, a segunda em 1879 pela lei de Nº 670 de 6 de março, embora emancipada, não tivera condição para subsistir havendo nova incorporação. A terceira emancipação definitiva se processou transversalmente da lei de Nº 2748 de 02 de janeiro de 1962, sua instalação oficial aconteceu no dia 18 de novembro do mesmo ano.

Importante registrar que: Na segunda metade do século XVIII, a situação das aldeias missionárias vai ser modificada pelo diretório pombalino que determina a expulsão das ordens missionárias e a elevação das aldeias à categoria de vilas de índios. O aldeamento de São Miguel de Baía da Traição passou a ser chamado de Vila de São Miguel da Baía da Traição e o aldeamento de Preguiça, Vila Nossa Senhora dos Prazeres de Monte-Mór. (Instituto Socioambiental – ISA, 2024)

1.4 A demarcação das terras Potiguara

Figura nº: 4



Fonte: Foto: Tiuré, 1981.

Descrição: Momento em que Indígenas Potiguaras parte para realizar o processo de demarcação da Terra Indígena Potiguara na Baía da Traição – Paraíba.

O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO DOS POTIGUARA

Cientes, conscientes, organicamente unidos, em atividade histórica, os Potiguara se preparam, se armam, planejam detalhadamente o que fazer, e armados com seus instrumentos, partem para realizar atos corajosos visando a preservação da mãe terra deixadas por seus ancestrais. Num trabalho árduo, guiados pela luz do sol e das estrelas do firmamento, tendo ousadia e sendo meticolosos, se lançam terra a dentro pontuando os aceiros, firmando suas identificações, demarcando a terra. Após uma longa labuta, um grupo de Potiguara consegue garantir a demarcação da terra que passa a servir as gerações presentes, e, sobretudo para as futuras gerações. A demarcação da terra foi uma vitória dos heróis Potiguara. ficando na terra, seus marcos históricos.

Barcellos (2005) cita que o processo de territorialização ainda está em processo e reúne esforços de todas as lideranças indígena que habitam o litoral do nordeste Brasileiro. Semelhante a outros indígenas brasileiros, o Potiguara tem investido numa luta de enfrentamento aos latifundiários que custa o derramamento de sangue das lideranças que protestam diante do desmatamento para cultivo da monocultura da cana de açúcar.

As Terras Indígenas (TIs) Potiguara, Jacaré de São Domingos e Potiguara de Monte-Mór são habitadas por um mesmo povo indígena, originário da reunião de

diferentes famílias indígenas nos aldeamentos missionários de São Miguel da Baía da Traição e Nossa Senhora dos Prazeres de Monte-Mor, que formam duas áreas contíguas. Estas famílias indígenas provêm de uma diversidade de grupos étnicos tupi e tapuias que aí foram reunidos em sucessivos momentos do período colonial (Carvalho, 2008; Medeiros, 2007).

A demarcação das três terras deu-se de modo consecutivo e próximo. A primeira área a ser demarcada foi a TI Potiguara, em 1983. A segunda a TI Jacaré de São Domingos, em 1988 e a terceira a TI Potiguara de Monte-Mór, em 2004. Estas demarcações sucessivas ocorreram porque a primeira demarcação, a da TI Potiguara, sofreu injunções políticas diversas que provocaram a redução da área demarcada, no ano de 1984, e excluíram várias aldeias, especialmente aquelas relacionadas à antiga Sesmaria de Monte-Mór (Azevedo, 1986; Peres, 2004; Palitot, 2005; Vieira, 2010)

A Funai possuía dados técnicos históricos e cartográficos fornecidos pelos seus quadros especializados que corroboravam a demarcação de uma área de 34.320ha, incluindo a Sesmaria de São Miguel e boa parte da Sesmaria de Monte-Mór (rios Jacaré, Grupiúna e Silva até Mariapitanga). Embora a demarcação tenha sido realizada pelo exército com base nesses dados técnicos fornecidos por funcionários da Funai, a decisão sobre o tamanho da área e os seus limites foi tomada em Brasília, em reuniões do Grupo Interministerial, que apontou diferentes propostas de áreas, optando sempre pela menor delas, de 20.820 há. (Azevedo, 1986, p.45 a 78).

Esse processo de demarcação da Terra Indígena Potiguara deu-se início ainda em 22/04/1976, quando a Funai publicou um edital no Diário Oficial da União em que informa que fará a demarcação da área Potiguara e apresentou um memorial descritivo, sem mapa, definindo os limites e a extensão de 57.000ha.

Em 1978, porém, emite duas certidões negativas a respeito de terrenos incidentes sobre o território indígena e de interesse de particulares. Um atendendo aos interesses da Usina Agicam, que estava sendo instalada de frente a cidade de Mataraca, às margens do Rio Camaratuba, e o outro para os proprietários do Sítio do Melo, localizado nas imediações da Baía da Traição, que tinham interesse na especulação imobiliária para a construção de casas de veraneio. (Azevedo, 1986, p.45 a 78).

Em 11 de julho de 1981, Therezinha de Barcellos Baumann, pesquisadora do DGPI/FUNAI apresentou ao órgão, um relatório histórico contendo o levantamento

de documentos necessários que pudessem comprovar a posse e a ocupação, pelos indígenas Potiguara, referente a área que habitam atualmente (Baumann, 1981, p. 1).

Acompanhemos a descrição do rico processo em busca da demarcação: Com mais algumas informações em mão, os Potiguara iniciaram a autodemarcação das terras que teve como apoio a Arquidiocese da Paraíba e do Centro de Trabalho Indigenista - CTI, de São Paulo, que enviou o indigenista José Humberto do Nascimento, o Tiuré, para assessorar os Potiguara e registrar em fotos e vídeos as mobilizações indígenas.

Em outubro de 1982, foram finalizados os trabalhos de demarcação, totalizando uma área de 34.320ha, coincidentes com definição de limites elaborada pelo indigenista Cícero Cavalcanti, da Funai, naquele mesmo ano.

1.5 O histórico processo de demarcação das terras Potiguara

Decididos, após longo processo de diálogos, os Potiguara formam grupos e partem para realizar a grande façanha: demarcar a terra.

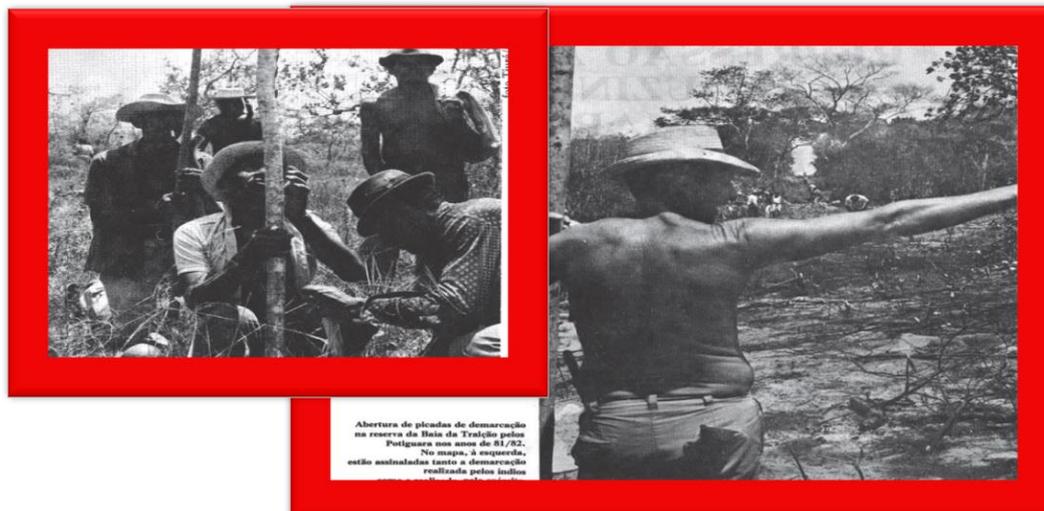
Antes mesmo do raiar do sol, partiam para a jornada, rompendo a mata, abrindo picadas, situando seus marcos.

Os indígenas da aldeia São Francisco, foi responsável pelo processo de *autodemarcação*, foi como ficou conhecida essa ação, convocaram seus parentes que residiam em outras aldeias, para tomar parte nesse processo.

A mobilização foi intensa nas localidades de Brejinho, Jacaré de César, Marcação, Lagoa Grande, Jacaré de São Domingos, Grupiúna, Duros e Silva do Belém, possibilitando o reencontro de familiares, atualizando informações e organizando os diferentes grupos locais em torno de um interesse comum (Azevedo, 1986, p. 227).

Figura nº: 5

Figura nº: 6



Fonte: Foto 5 e 6. Tiuré, 1981.

Descrição: Momento em que Indígenas Potiguaras parte para realizar o processo de demarcação da Terra Indígena Potiguara na Baía da Traição – Paraíba.

As definições sobre o processo a ser realizado para a demarcação foram tomadas de forma cautelosa. Assim, foram acertados o que seria feito por cada grupo, desde o horário de começar a labuta ao que fazer em cada espaço. A cada ato realizado da demarcação era assim realizado por um coletivo indígena. Por tanto, havia um compartilhamento do fazer visando atingir o objetivo estratégico, a demarcação.

Tiuré, acompanhou todo o trabalho de demarcação realizado pelos coletivos indígenas. Sempre realizando as averiguações, anotando e fotografando os atos realizados.

1.6. A presença do SPI e da FUNAI junto aos Povos Indígenas

No Brasil Colônia e no Império, os serviços de educação, saúde e civilização eram prestados por missionários de diferentes ordens religiosas, implicavam na conversão ao cristianismo e no abandono da cultura indígena, e resultavam em inúmeras doenças infecciosas e parasitárias, dizimando grande parte dos povos indígenas, enfatiza a pesquisadora indigenista Maria Clara Vieira Weiss. (2023, p. 2)

Em 1891, com a instituição da Constituição, após a Proclamação da República, os serviços de atenção aos povos indígenas foram atribuídos ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores “tudo que for concernente ao desenvolvimento das ciências, letras e artes, a instrução e a educação e seus respectivos institutos nos

limites da competência do Governo Federal, e inclusive a catequese dos índios.” (BRASIL, 1891, p. 1).

Sabe-se que o processo de modernização do país implementada pela República deixava de fora vários grupos sociais. Os povos indígenas, em especial, estiveram distantes das políticas republicanas.

O contato do governo republicano com os indígenas foi resultado fortuito do projeto de criação de infraestrutura que permitisse a integração do território nacional. Projetos como a solução de questões de limites com outros países, a construção de linhas telegráficas e de ferrovias, expedições etnológicas e geográficas colocaram a “sociedade civilizada” em contato com povos nunca antes contactados.

A literatura expõe que se até então a questão indígena vinculava-se à mão-de-obra, o processo de integração do território nacional, passa a ser uma questão de terra. Uma outra questão era a existência de áreas de colonização antiga e áreas a serem colonizadas. Para as primeiras, ordem do poder da República era controlar o perímetro dos aldeamentos; nas frentes de expansão o objetivo era a conquista territorial. Schwarcz, Starling (2022, p.584) vai interpretar que “As diretrizes eram duas: ou o extermínio dos índios ‘bravos’, ou ‘civilizá-los e incluí-los na sociedade”.

Em 1906, numa perspectiva de modernização capitalista e ideologia de segurança nacional, foi planejada a integração e assimilação dos índios à sociedade nacional com a criação do Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio – MAIC.

A política indigenista, como dever do Estado, foi formulada na experiência do tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, no contato pacífico com os índios na construção das linhas telegráficas e nas obras de construção pelo Exército. Na ocasião, largas faixas do território nacional estavam interditadas para atividades econômicas, devido às lutas sangrentas e extermínio de tribos indígenas. (Weiss, 2023, p. 2)

Neste contexto, o debate sobre a problemática indígena definiu duas correntes opostas, uma religiosa e outra leiga, que defendia que cabia ao Estado à assistência ao Índio. O malogro das missões religiosas levou a adoção da assistência leiga, superando a violência da proteção religiosa e sua conversão e, em muitos casos, a apropriação de suas terras e sujeição ao trabalho indicado pelos missionários (RIBEIRO, 1995).

Em 1910, foi criado Serviço de Proteção ao Índio - SPI visando uma atuação as terras e a cultura indígena, mas agia sedentarizando os índios e liberando seus

territórios para a colonização. (Weiss, 2023, p. 2). O SPI foi um órgão criado em 1910 cuja missão era dar assistência às tribos indígenas. Entretanto, ao envolver-se em diversas polêmicas relacionadas à corrupção, má gestão e acusações de genocídio (extermínio de uma grande quantidade de pessoas), esse órgão foi dissolvido, dando lugar mais tarde a Fundação Nacional do Índio.

A política de administração dos índios pela União foi formalizada no Código Civil de 1916 e na lei n.º 5.484 de 27 de junho de 1928, que estabeleceram sua relativa incapacidade jurídica e o poder de tutela ao SPI equiparado ao pródigo, ao menor de idade e à mulher casada (RIBEIRO, 1995); os dispositivos referentes à gestão dos bens dos índios foram revogados pelo Decreto n.º 24.700, de 12 de julho de 1934 que determinou a melhor adaptação do Serviço aos interesses da “nacionalização e defesa das fronteiras”. O Decreto n.º 736, de 6 de abril de 1936 consagrou a proteção e assistência; o amparo a vida; a liberdade; e a propriedade dos aborígenes (*sic*), além da nacionalização e educação, com o objetivo de incorporação na sociedade brasileira, seguindo uma ideologia explicitamente integracionista como grande linha da política indigenista internacional, discutidas em importantes debates no México e no Peru, no final da década de 30⁶. (Weiss, 2023, p. 3)

Dos antigos aldeamentos missionários aos postos indígenas do SPI, a alfabetização de crianças e adultos indígenas visava consolidar a sedentarização de um povo. Esse processo pedagógico envolvia cultos cívicos, aprendizado de trabalhos manuais, técnicas da pecuária e novas práticas agrícolas. Pressupunha também novos cuidados corporais, como o uso de vestimentas e o ensino de práticas higiênicas.

Carlos Augusto da Rocha Freire (2007), apresenta o conjunto de atividades que eram desenvolvidas pelo SPI junto as populações indígenas e das comunidades rurais:

Os postos indígenas instalavam oficinas mecânicas, engenhos de cana e casas de farinha, treinando os índios em diversos ofícios, além de investir na educação para transformar os índios em trabalhadores nacionais (Lima, 1995). Desde o século XIX, crianças indígenas eram enviadas para as escolas de artífices existentes nas capitais estaduais (Rizzini, 2004), como ocorreu em Manaus na gestão do SPI (Freire, 2007).

Em 1956, o governo federal instituiu o Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas - SUSA, tendo à frente o Noel Nutels. O objetivo central era de promover o controle da

tuberculose entre os povos indígenas e as populações do Brasil. As ações da SUSA coordenadas pelo médico Nutels, foram concentradas na Expedição Roncador-Xingu, ligada administrativamente à Fundação Brasil Central, que nunca pertenceu ao SPI, o SUSA estava diretamente subordinada à Presidência da República, entretanto, foi influenciado pela filosofia positivista de Rondon (COSTA, 1987).

Para Costa (1987), o que chama a atenção na trajetória do SPI e do SUSA é o que parece estar presente em todos os mecanismos de intervenção estatal da questão indígena, a contradição entre a atuação de indivíduos profundamente motivados pela vontade de proteger as populações, e a dinâmica estrutural que produz a miséria e a degradação física.

Vale ainda ressaltar que uma das atividades realizadas pelo SPI e depois pela Funai junto ao povo Potiguara foi a escolarização. Inicialmente com turmas de alfabetização e depois com o ensino 'primário'.

Freire (2007) descreve o que os processos educativos desencadeados pelo SPI, vejamos:

A política de “nacionalização” dos índios esteve presente em quase todos os postos, onde a professora das crianças indígenas era quase sempre a esposa do encarregado, orientando essas crianças para a integração à população regional à medida que aceitavam também como alunos os filhos de colonos, dos empregados do posto e de fazendas vizinhas. Essas escolas não se diferenciavam das escolas rurais, do método de ensino precário à falta de formação do professor, predominando a formação de índios como produtores rurais voltados para o mercado regional. (Freire, 2007, p.2)

Porém, a “má gestão, falta de recursos, corrupção funcional foram alguns dos motivos que levaram à extinção do SPI em 1967, dando origem à Fundação Nacional do Índio (FUNAI).”, destaca Freire (2007).

Em 1968, em meio a Ditadura Militar, foi criada a Fundação Nacional do Índio - FUNAI, em 1968), por meio da lei responsável nº 5.371, como órgão indigenista oficial e tutelar no Ministério da Justiça, em substituição ao SPI. Desde então, esta Fundação estabelece e executa a política indigenista no Brasil. (Weiss, 2023, p. 4)

Em 1973, o Estatuto do Índio instituído pela Lei n.º 6.001, foi uma resposta às cobranças internacionais de efetiva proteção às populações indígenas, atingidas pela política desenvolvimentista do Estado e ações de grupos particulares. Oliveira

(2009) destaca a influência preponderante da doutrina de Darcy Ribeiro como parâmetro para o legislador do Estatuto do Índio, instituindo regras legais para a proteção dos índios tutelados. (Weiss, 2023, p. 4)

No ditatorial Governo Geisel (1974-1978), sob a influência do pensamento positivista, foi desencadeado um movimento de “emancipação dos índios” às avessas, decretando que as tribos indígenas reduzidas e sobreviventes ao contato fossem consideradas comunidades brasileiras. (Weiss, 2023, p. 4).

A criação da Funai deu-se no contexto da ditadura militar, período em que os indígenas sofreram com a extrema violação de seus direitos, devido aos diversos conflitos entre indígenas, governo e donos de terras. Nesse período, o governo tinha a pretensão de expandir o país economicamente e politicamente, por meio da expansão do território via reforma na administração. A expansão não abarcava os interesses indigenistas, pois a prioridade naquele momento eram as obras de infraestrutura e a expansão das terras ruralistas.

A questão dos direitos indígenas só voltou a ter espaço com a instauração do regime democrático na década de 1980 e a devida regularização da situação jurídica desses povos. A democratização, então, tornou possível colocar em discussão a situação dos nativos perante a sociedade civil.

A criação do Estatuto do Índio em 1973 (lei nº 6.001) endossou com precisão a situação dos indígenas no país, já que, a partir desse momento, caberia ao Estado proteger os direitos desses povos nativos. Outra grande conquista veio com a Constituição de 1988, que, por meio do artigo 231, garantiu a preservação dos direitos dos indígenas delegando ao Estado o dever de assegurar a pluralidade étnica e a autonomia desses povos.

Os Potiguara, como nação indígena brasileira, foi alvo das ações do SPI no passado, como continua interagindo com a FUNAI, que ainda reina no território, com um escritório em Baía da Traição.

Em termos de missão, a Funai, além de promover os direitos dos povos nativos e gerir suas terras, tem como missão defendê-los também da ação predatória e de possíveis invasões de povos não índios que representem perigo à manutenção da vida e da cultura dos indígenas.

A ação do órgão é realizada mediante a coordenação e execução da política indigenista no Brasil. Seu papel destina-se também a:

- identificar, delimitar, demarcar e regularizar as terras indígenas;

- coordenar e implementar políticas voltadas à proteção dos povos que se encontram isolados e dos recém-contatados;
- elaborar ações que visem assegurar a diversidade cultural entre os diferentes grupos étnicos;
- conservar e recuperar as terras indígenas, no que tange à paisagem, aos ecossistemas e aos recursos naturais;
- monitorar as políticas que se destinam à segurança social e à educação escolar indígena. (FUNAI, 2024)

Em si tratando de diversidade cultural, se faz presente para a FUNAI a Educação indígena. A Funai em termos de educação, tem a função precípua de promover à permanência de estudantes indígenas nas escolas, através da:

1. Ação de assistência a estudantes indígenas fora de suas aldeias;

2. Convênios de cooperação com instituições de Ensino Superior no Brasil.

Outra ação realizada pelo órgão foi feita junto ao Ministério da Educação (MEC), a fim de formular políticas voltadas ao Ensino Superior indígena. A Comissão Especial para Formação Superior Indígena buscou fiscalizar e exercer pressão política para que fosse assegurada a participação dos povos nativos nas universidades junto aos programas como o Prouni (Programa Universidade para Todos) e o Prolind (Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas).

Recentemente, em setembro de 2024, o Prolind, através da UFCG promoveu a certificação de indígenas Potiguara, tendo a cerimônia sido realizada na aldeia Brejinho – município de Marcação.

O Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas – PROLIND, é uma iniciativa do MEC em cumprimento às suas atribuições de responder pela formulação e desenvolvimento de programas específicos para apoiar a formação de professores indígenas em nível superior. (MEC, 19/04/2024)

O PROLIND apoia projetos de Cursos de Licenciaturas Interculturais e Pedagogias Indígenas para a formação de docentes indígenas integrando ensino, pesquisa e extensão, promovendo a valorização do estudo de temas indígenas relevantes, tais como línguas maternas, gestão e sustentabilidade dos territórios e culturas dos povos indígenas. (MEC, 19/04/2024).

A CGE-Funai vem realizando uma ação que busca coletar dados a respeito dos estudantes universitários indígenas, considerando que o MEC não possui essas informações, a fim de criar políticas públicas que contribuam para a participação desses povos no Ensino Superior

1.7 A terra indígena demarcada e a modalidade de colônia agrícola

Ao concluírem, situam os *marcos* em cada recanto da terra, significando a demarcação da terra e que um povo Potiguara havia há muitos anos se situado fazendo seu habitat.

Cada *marco* que era situado no chão, seja nos descampados ou dentro das matas, indicava que ali estava situada uma referência da terra Potiguara.

Figura nº: 7



Fonte: Tiuré, 1981.

Descrição: Marco de pedra da área doada por D. Pedro II em 1859 na Baía da Traição – Paraíba.

Ao situar a pedra ao chão, um significado emerge manifestando que se trata de um *marco* com inscrições, onde se lê as referências da TI Potiguara.

O cacique Caboquinho, em entrevista (set.2024), manifestou que essa terra sempre foi interesse dos brancos, que viviam nesta terra antes de ser demarcada, já tinham um convívio não muito cordial com os Potiguaras e mais precisamente com alguns caciques e principalmente os chefes do posto da FUNAI, eles os faziam pagar uma espécie de foro ou renda para continuarem vivendo e trabalhando na terra.

Deve-se ressaltar, recuperando a informação de que os arrendamentos das terras indígenas já era parte da política imperial, que assegurava aos índios o direito de acesso à terra, e ao mesmo tempo incentivava o arrendamento dessas terras para não índios (BAUMANN, op., cit., p.90 e seguinte).

Esta política de arrendamento de terras indígenas foi continuada pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e depois pela FUNAI, órgão do governo federal do Brasil, que arrendavam as terras em nome dos indígenas recebendo pagamento e redistribuindo uma parte entre as lideranças fieis aos órgãos indigenistas. Dessa maneira as alianças da FUNAI com algumas lideranças reproduziam e aprofundavam os conflitos internos já existentes na etnia Potiguará.

Figura nº: 8



Fonte: Internet. (2016). Cacique Caboquinho se expressando na Assembleia Indígena Potiguará realizada na Aldeia Laranjeiras – Baía da Traição – PB, 2017.

Cacique Caboquinho ainda relata que no ano de 1981, o Estado veio com uma proposta do projeto integrado que previa pesados investimentos para o desenvolvimento econômico e infraestrutura dizendo que seria em benefício do povo Potiguará e que seria executado através de um convenio entre a FUNAI e o governo do Estado. Entretanto, por motivo de interesses próprios, o agente da igreja católica inicia uma mobilização contra a o projeto, causando graves atritos dentro da

comunidade Potiguara, enquanto a FUNAI apoiava o Cacique Daniel Santana que por sua vez apoiava o projeto integrado; a igreja católica na forma dos seus missionários apoiava o Cacique Severino Fernandes, sendo uma liderança crítica às políticas governamentais da época. Segundo Severino Fernandes o projeto integrado era uma manobra para promover justamente o loteamento das terras Potiguara e conseqüentemente com o intuito de iniciar um processo de paulatina desapropriação e desestruturação o povo Potiguara enquanto uma etnia originária. Se o Cacique Santana apoiava a proposta da FUNAI de demarcar só uma área reduzida; o Cacique Severino Fernandes exigia a demarcação da terra completa de 57.000 ha,

A colônia era uma modalidade perfeita que legitimava a continuação dessa política por meio da FUNAI, já que previa justamente a coexistência de indígenas e não indígenas em uma mesma área.

Mesmo depois de tantos anos e tantas lutas, o povo indígena ainda não cansara de sua batalha, pois continuam em uma constante em processo de luta por seus direitos, além disso permanecem em alerta para não perder os seus direitos já conquistados com tantos esforços superados com formas de lutas estratégicas. É notório o quanto difícil foi e ainda é a luta dos povos indígenas para a conquista do direito de suas terras.

Observando a trajetória do povo indígena Potiguara podemos perceber que tem acumulado um fantástico capital cultural que tem sido capaz de gerar influências para os indígenas em 32 aldeias. Isto porque várias de suas ritualidades são realizadas em unidade convergente, por exemplo: no dia 19 de abril todos os anos comemora-se com festividades as lutas, as conquistas, inclusive com um grande tore partindo do ambiente das furnas em direção aos cajueiros, onde em suas sombras montam barracas, partilham alimentos, sendo um grande encontro dos Potiguara. O 'ponto alto' é produzido pela força da evocação da oralidade ancestral, visto que oram, fazem agradecimento a Tupã pela conquista das terras, bem como, suplicam forças para os processos de desintrusão, pois a TI - terra Indígena de Mont-Mor ainda se encontra em tramitação jurídica.

O Projeto de Lei nº 490 de 2007, possui o intuito de relativizar os direitos dos indígenas sobre suas terras. Terras indígenas (TI) que não foram ocupadas até 1988 não seriam reconhecidas, criando um marco temporal a partir do qual o exercício pleno desses direitos poderia ser exercido.

Os Potiguara são um dos grupos indígenas mais antigos do Brasil, com uma história marcada por resistências e adaptações. Apesar da colonização e dos processos de aculturação, eles mantêm uma rica herança cultural, manifestada na língua, nas tradições orais, nas práticas religiosas e nos saberes tradicionais. A educação escolar, para os Potiguara, representa um espaço de transmissão e revitalização desses saberes, mas também um campo de tensão entre as influências externas e a preservação da identidade.

Esse capital social Potiguara retém um rico capital cultural, por tanto, que lhe é próprio, pois seu cultivo advém de capitais social e cultural ancestrais. E, por tanto em nossas análises, esse capital cultural possui força capaz de influenciar as gerações presentes e certamente as futuras gerações, sendo para tal, necessário que as gerações infantis e juventude do presente, se integrem nesse ciclo de lutas por direitos, pelas ritualizações espirituais, por conservação da ancestralidade, todas são extremamente necessárias. Grande parte dessa influência ocorre pela práxis da educação libertadora, pois nos núcleos familiares indígenas Potiguara as gerações mais velhas transmitem informações as gerações mais novas sobre a história Potiguara.

É preciso assinalar que é um povo historicamente valente, visto que outrora enfrentou Espanhóis e Portugueses. E, sempre desenvolver estratégias inteligentes diante da emergência de problemáticas, a exemplo do enfrentamento com as usinas de cana-de-açúcar. E, graças a sua organicidade – tendo o território constituído por aldeias; e, em cada aldeia existindo um pajé e um cacique, além de outros líderes; tendo ainda, outras instâncias, como: Assembleia Geral e Conselho de Representantes das aldeias; possuindo diversas associações, como: Associação dos Professores Indígenas; Associação dos Jovens Universitários Indígenas; Associações de produtores de Camarão; Associação de Mulheres Indígenas. Sua língua materna é o Tupi que recentemente passou a ser retomada nas escolas nas aldeias e nos rituais., tendo pajés, caciques

Percebemos que na medida em que as pesquisas indigenistas avançam, desnudam a história da Paraíba evidenciando a trajetória do Povo Indígena Potiguar. A resistência e a organicidade são dois elementos presentes que ajudaram Potiguara

a estabelecerem o confronto com seus opositores, enfrentando os desafios que se fizeram postos em cada momento histórico.

Certamente, a resistência e a organicidade utilizados na trajetória voltarão a serem ferramentas a serem utilizadas visando a manutenção das terras conquistadas e outros direitos sociais e políticos, pois os Potiguara vivem no vil sistema capitalista. E para tal, se utilizam das Assembleias Gerais, das reuniões do Conselho de Lideranças, onde a oralidade é utilizada para os pronunciamentos. Porém, no início desses eventos, há sempre a evocação da espiritualidade por meio de Tupã e os Encantados. Assim, há uma *práxis* da oralidade ancestral que se dá de forma libertadora. Nesse sentido, pode-se registrar que os Potiguara mantêm:

- a) Uma hegemonia em 32 mil hectares de terra, onde habitam 22 mil indígenas declarados como Potiguara;
- b) Vivenciam uma ritualidade para com o sagrado;
- c) Atuam transformando as escolas com a educação indígena;
- d) Disputam as eleições partidárias para as Câmaras de Vereadores, Prefeituras Municipais;
- e) Ocupam cargos públicos e conquistam políticas públicas em prol da etnia;
- f) Desenvolvem uma agricultura extensiva da cana-de-açúcar em convivência muitas vezes não harmoniosa com agricultura de base familiar, onde primam pelas técnicas ;
- g) Cultivam a habilidade única de culinária;
- h) Realizam pescarias em rios, lagoas e no mar, chegam a confeccionar seus artefatos, inclusive embarcações que atingem o alto mar;
- i) Produzem um forte artesanato, tendo destaque as cores preferidas de preto e vermelho;
- j) Fazem longas caminhadas para levantarem seus entes queridos para visando o sepultamento no cemitério de São Miguel – Baía da Traição, por exemplo. Se no passado para defenderem suas terras e cultura enfrentaram os Portugueses, no presente têm de enfrentar as poderosas empresas de cana-de-açúcar;
- k) Nos rituais pintam seus corpos com as tintas vermelha do urucum e preta do jenipapo, se vestirem com saiotas, corpetes; -fazem também os

adornos, põem cocas, pulseiras, cantam, tocam e dançam ao som de uma expressiva musicalidade, sobretudo no Torre;

- l) Atuam no beneficiamento da mandioca gerando diversos produtos, como: beiju, farinha, goma e outros; e
- m) Cultivam suas espiritualidades por meio de suas religiosidades num pluralismo que vai do catolicismo ao candomblé. (Palhano Silva, 2024)

Essas são atividades realizadas como praxis, apreendida entre gerações onde a orlidade ancestral garante não apenas que os Potiguara tenham bons resultados, mas mantenham preservada a identidade cultural. (Palhano Silva, 2024).

Imagem nº: 9



Fonte: Internet, 2024. Jovem Potiguara sendo pintado.

É esse povo originário Potiguara que se pinta de preto e vermelho. Povo Potiguara que advém da Era do “descobrimento” do Brasil. Povo Potiguara que se faz

presente entre as águas salgadas do oceano atlântico, águas de cachoeiras, dos rios longos permanentes que brotam do fundo da terra; se fez presente convivendo com as terras de arisco, terras vermelhas e pretas de pau do vale e baixadas úmidas; se fez presente junto as capoeiras e as matas que já foram bastantes densas. O povo Potiguara integra a história como um povo originário da Paraíba, sendo um dos povos indígenas do Brasil.

2 POVO POTIGUARA: A EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO BRASIL

Figura nº: 10



Fonte: Foto: Paulo Palhano, 2015. Fotografia da Educadora Nilda Faustino Potiguara, aldeia São Francisco – Baía da Traição – PB. Filha do grande Cacique Potiguara Faustino Potiguara.

“A educação deve ir além dos muros da escola”.

“A minha sala de aula não tem paredes”.

”Os curumins apreendem, pois, as minhas aulas acontecem na escola, nas matas, nos rios, na beira mar”;

Nilda Faustino Potiguara.

(in memoria)

Introdução

O presente capítulo destina-se a abordagem de dois aspectos: a) breves informações da educação indígena no Brasil; b) informações sobre a educação escolar indígena do Povo Potiguara; c) desafios da educação indígena do Povo Potiguara. A educação indígena no Brasil não é algo recente, mas trataremos da mesma a partir do período que consolidou a Constituição Federal de 1988.

2.1. A EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL

A educação escolar indígena no Brasil passou por profundas transformações ao longo das últimas décadas, especialmente após as definições apresentadas pela Constituição Federal de 1988. Antes desse marco, as políticas educacionais voltadas para os povos indígenas estavam quase sempre atreladas a uma visão assimilacionista, na qual se buscava a integração forçada desses povos à cultura hegemônica, marginalizando suas tradições, línguas e formas de ensino. A Constituição de 1988 representou um divisor de águas ao reconhecer a pluralidade cultural do Brasil e o direito dos povos indígenas à educação diferenciada,

assegurando a eles a possibilidade de uma educação que respeitasse suas especificidades culturais e linguísticas (BRASIL, 1988).

A promulgação da Constituição Federal garantiu aos povos indígenas o direito de manter suas tradições e práticas culturais, com destaque para a educação bilíngue e intercultural, conforme previsto no artigo 210. Além disso, o artigo 231 reconheceu oficialmente os direitos territoriais indígenas, intimamente ligados à sua organização social e modos de vida, os quais são transmitidos através da oralidade. O texto constitucional destacou a importância de uma educação que valorizasse esses aspectos, trazendo novos paradigmas para a inserção de práticas tradicionais, como a oralidade, nas escolas indígenas.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) veio reforçar e regulamentar os princípios da Constituição de 1988, estabelecendo a obrigatoriedade de uma educação escolar indígena que fosse bilíngue, diferenciada e intercultural. A LDB determinou que as escolas indígenas deveriam ser organizadas com base nas especificidades culturais de cada etnia, incluindo a valorização dos saberes tradicionais e a participação ativa das comunidades indígenas na construção de seus próprios currículos (BRASIL, 1996). Nesse contexto, a oralidade ancestral, como prática pedagógica, passou a ser oficialmente reconhecida como um elemento fundamental no processo educativo.

Além da Constituição e da LDB, outro marco importante foi o Parecer 14/1999 do Conselho Nacional de Educação, que regulamentou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Esse parecer consolidou a necessidade de uma educação que respeitasse a diversidade dos povos indígenas, não apenas reconhecendo suas práticas culturais, mas também promovendo a autonomia das comunidades na gestão de suas escolas. O parecer destaca a importância de uma pedagogia própria para esses povos, onde a oralidade, a transmissão de saberes ancestrais e o respeito às tradições são pilares da formação educacional.

As políticas públicas voltadas para a educação escolar indígena, impulsionadas por esses marcos legislativos, refletem o reconhecimento de que os povos indígenas possuem modos de vida e saberes que precisam ser respeitados e preservados. A oralidade, como parte central da cultura indígena, foi gradualmente incorporada ao ambiente escolar como um recurso pedagógico essencial. Em muitas comunidades, as histórias, mitos e rituais são transmitidos oralmente dentro da sala de aula,

permitindo que os alunos aprendam não apenas os conteúdos acadêmicos, mas também os valores e tradições que moldam sua identidade coletiva.

Entretanto, apesar dos avanços legislativos, a implementação dessas políticas enfrenta inúmeros desafios. A falta de formação adequada de professores para atuar em contextos indígenas, a escassez de materiais didáticos bilíngues e a pressão para que os currículos indígenas se adequem às diretrizes nacionais são obstáculos que comprometem a efetividade das políticas públicas. Muitas vezes, as escolas indígenas sofrem com a falta de recursos e apoio técnico para implementar currículos que realmente integrem as práticas culturais e pedagógicas tradicionais, como a oralidade, no processo de ensino-aprendizagem.

Outro ponto de destaque é a participação ativa das comunidades indígenas na formulação e implementação das políticas educacionais. O envolvimento das lideranças comunitárias na gestão escolar é uma conquista importante que garante a autonomia das comunidades em relação à educação de suas crianças e jovens. Em muitos casos, a presença de professores indígenas nas escolas tem permitido uma maior valorização das tradições orais e uma adaptação do currículo escolar às necessidades e especificidades de cada povo. Essa participação é fundamental para garantir que a educação escolar indígena atenda de fato aos interesses das comunidades, fortalecendo a preservação cultural e a identidade étnica.

Dois destaques precisamos inserir nesse tema:

a) A escola diferenciada sendo intercultural, bilingue e comunitária: Nos últimos anos, o debate sobre a educação escolar indígena tem se intensificado com a criação de novos programas e projetos voltados para a formação de professores indígenas. A criação de cursos de licenciatura específicos para indígenas, como o curso de Licenciatura Intercultural, oferecido em diversas universidades federais, representa um avanço significativo. Esses cursos são estruturados para formar professores com uma perspectiva intercultural, capacitando-os a integrar saberes tradicionais, como a oralidade, às práticas pedagógicas contemporâneas, respeitando as especificidades de cada povo.

A luta dos educadores indígenas fez inserir no sistema de ensino indígena três aspectos relevantes passando a termos escola indígena *intercultural, bilingue e comunitária*.

b) A escola indígena no Povo Potiguara estuda a língua mãe: o tupi. Sabe-se que a língua mãe dos Potiguara é o Tupi. Porém, em o povo Potiguara em si há deixado de falar a sua própria língua, aderindo a língua reinante no Brasil, o Português.

O apagamento da língua mãe Tupi se deu por dois grandes motivos: a) no processo de catequização, cada indígena Potiguara recebia um nome em seu batismo cristão ministrado pela ordem missionária dos Jesuítas, inclusive vindo a ser instalado o templo de São Miguel. Posteriormente, a catequização dar-se com os Carmelitas que fundam nas terras altas da Aldeia Mont-Mor, a igreja de Nossa Senhora dos Prazeres (1783).

Mas, o apagamento maior se deu com a presença da Companhia de Tecidos Rio Tinto, situada em 1917, e inaugurada em 1924, quando chegava a punir o indígena Potiguara que falasse na língua Tupi, usasse adornos ou outra manifestação étnica.

Apesar dessas conquistas, a educação escolar indígena ainda enfrenta muitos desafios, principalmente no que se refere à continuidade de políticas públicas em tempos de mudanças políticas. Muitos dos avanços alcançados nas últimas décadas estão constantemente ameaçados por cortes orçamentários e pela falta de compromisso governamental com a diversidade cultural. A oralidade, como prática pedagógica, ainda não é plenamente valorizada em muitas escolas, o que evidencia a necessidade de uma maior conscientização sobre sua importância para a manutenção das culturas indígenas.

Conclui-se que a educação escolar indígena no Brasil e junto aos povos Potiguara passou por transformações significativas desde a Constituição de 1988 e a LDB de 1996, com o reconhecimento formal dos direitos indígenas à educação intercultural, bilingue e comunitária. No entanto, para que essas políticas sejam realmente eficazes, é essencial que as práticas culturais, como a oralidade, sejam plenamente integradas ao ambiente escolar. O futuro da educação escolar indígena depende da continuidade das políticas públicas e da valorização da autonomia das comunidades indígenas na construção de seus próprios currículos, preservando suas tradições e identidades culturais.

2.2. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA POTIGUARA VIVENCIA A PEDAGOGIA DA EXISTÊNCIA E DAS TRADIÇÕES

A educação escolar indígena no Brasil tem se destacado como um campo fértil para debates acadêmicos e pedagógicos, enfocando a importância da preservação cultural e da autonomia dos povos indígenas sobre seus processos educacionais. Entre os povos indígenas brasileiros, os Potiguara, situados principalmente no estado da Paraíba, cultivam uma rica tradição oral, que desempenha um papel central não apenas na transmissão de conhecimentos, mas também na preservação de sua cultura e história. Este trabalho visa discutir a importância da educação escolar indígena para a comunidade Potiguara, focando o papel da oralidade como uma ferramenta vital na educação, suas metodologias pedagógicas, os desafios enfrentados e o impacto do sistema educacional na preservação cultural Potiguara.

Segundo Palhano, a educação escolar indígena deve ser construída com base na plena participação das comunidades envolvidas, valorizando suas línguas, saberes e práticas tradicionais. Ele enfatiza que essa abordagem contribui significativamente para o fortalecimento da identidade e da autoestima dos estudantes indígenas, componentes fundamentais para o seu desenvolvimento educacional e pessoal.

A importância da educação escolar indígena para os Potiguara transcende a aquisição de conhecimentos acadêmicos convencionais. Trata-se de reafirmar e revitalizar sua identidade cultural, fortalecendo as bases comunitárias e proporcionando ferramentas para uma maior autonomia e interação com a sociedade envolvente. Além disso, o reconhecimento e a inclusão de saberes tradicionais no currículo escolar indígena são fundamentais para a manutenção da língua e da cultura oral Potiguara.

2.2.1 A PEDAGOGIA DA EXISTÊNCIA E DAS TRADIÇÕES

Os pesquisadores da etnia Potiguara, Palhano Silva e Nascimento, após anos de convivência com o povo Potiguara, em especial sobre a EtnoEducação com as escolas indígenas Potiguara, lançaram o artigo “A pedagogia da existência e das tradições”. Nesse lançam uma síntese de suas pesquisas, a qual trazemos para fortalecer e balizar o presente estudo.

Palhano Silva e Nascimento (2012), manifestam que “A pedagogia indígena Potiguara se fundamenta em compreender a lógica da existência de si, do outro e do cosmo”. Trazem assim os parâmetros de “pedagogia que se materializa nas situações

de aprendizagem articuladas com “cotidiano das aldeias” e o “currículo escolar”, tendo destaque os saberes da tradição”, diz Soares (2014, p. 34).

Palhano Silva e Nascimento (2012) destacam que pela Pedagogia da Existência e das Tradições há um aprendizado nos espaços escolares que se manifesta “com a natureza” e com os “anciãos” (os troncos velhos), tendo a perspectiva que assumam e cultivem um “viver em comuna, partilhar, valorizar as tradições e a práxis”. (2012, p.75).

Os Troncos Velhos, denominação aos anciãos, Palhano e Nascimento (2012, p. 76) expressam que há uma experiência socioculturais:

“As novas gerações são estimuladas a reverenciarem aos que possuem maiores experiências socioculturais. Eles são testemunha de um passado que precisa ser lembrado, reatualizado no cotidiano das aldeias, no seio das práticas escolares, na construção das novas mentalidades sobre o ser índio no Litoral Norte da Paraíba.” (p.76)

Outra preciosidade da pesquisa de Palhano Silva e Nascimento (2012, p. 75 - 86) encontra-se na descoberta e sistematização dos elementos característicos do que foi denominado de Pedagogia da Existência e das Tradições que são evocados nos processos de ensino-aprendizagem:

1º) Elemento do “Aprender com a Natureza”:

O aprendizado é para todas as faixas etárias Potiguara, onde a Mãe Terra que é a natureza ensina:

Aprender com a natureza diz respeito a prática que se integra à religiosidade indígena e possui como principal estatuto o respeito a Mãe Terra. Os curumins aprendem, desde tenra idade, com os “parentes” as atividades de preservação da natureza, de forma que os lugares da mata, das furnas, dos mananciais são sagrados porque abrigam os espíritos dos ancestrais. Preservar os recursos naturais ainda significa cuidar de si mesmo, pois o indígena sente-se parte integrante da fauna e flora, dos rios e mares, das montanhas e vales”. (Palhano Silva e Nascimento, 2012, p. 75)

A Terra Mãe é a grande fonte de sabedoria. Cuidar da terra, cultivar produtos na terra, defender a terra, morar na terra, preservar as espécies na terra, considerar a

terra como ambiente sagrado, considerar os ancestrais, dentre outros, torna-se o grande processo de aprendizagem, onde há uma incorporação da identidade e pertencimento dos Potiguara.

2º) Elemento do “Aprender com os “anciões” ou “troncos velhos”:

Os “anciões” ou “troncos velhos” são essenciais no processo de aprendizagem:

Aprender com os “anciões” ou “troncos velhos” faz parte da tradição dos povos indígenas. Para Barcellos e Nascimento (2010, p.779) a figura expressiva do ancião e seu papel de mantenedor das tradições na aldeia tem visibilidade no movimento de emergência étnica Potiguara. (Palhano Silva e Nascimento, 2012, p. 76)

Entre os Potiguara ocorre a valorização das pessoas idosas, aqueles que são consideradas “guardiões da memória” e das tradições pertinentes a razão de existência da etnia. As novas gerações são estimuladas a reverenciarem aos que possuem maiores experiências socioculturais. Eles ritualizam no cotidiano das aldeias, no seio das práticas escolares, na construção das novas mentalidades sobre o ser indígena no Litoral Norte da Paraíba. (Palhano Silva e Nascimento, 2012, p. 76)

Os “anciões” ou “troncos velhos” enquanto guardiões trazem consigo a cultura ancestral. São guardiões de práticas étnicas que ao serem rerepresentadas no presente alimentam com conhecimentos as gerações atuais presentes que repassarão para as gerações futuras, fazendo com que a escola seja o ambiente onde se aprende a tradição e onde se perpetua a tradição, pois é apreendida e propagada.

3º) Elemento do “Aprender a viver em comuna:

Esse vincula-se a etnia Potiguara, vivenciado nas celebrações coletivas, vejamos:

“Aprender a viver em comuna diz do princípio que move, particularmente, a etnia Potiguara na realização da Festa do Beiju Sagrado, produzido pela mandioca relada nas casas de farinha na aldeia mãe, a São Francisco. Tanto a produção como a distribuição do beiju ocorrem de forma democrática durante as festividades da Semana Santa,

evento denominado por Barcellos (2006) como a “Ceia Potiguara” (Palhano Silva e Nascimento, 2012, p. 76).

4º) Elemento do “Aprender (com) partilhar sem reservas:

Partilhar sem reservas é um forte aprendizado que reina como uma identidade Potiguara:

“Aprendem a (com) partilha em reserva porque desejam fortalecer a identidade da etnia. O fundamento da partilha está nos rituais, a exemplo do Toré, quando o vinho da Jurema é distribuído numa “cuia” entre os partilhantes.”. (Palhano Silva e Nascimento, 2012, p. 77)

Nas festividades indígenas, ocorre uma prática do escambo e distribuição de produtos, bem como a divulgação de saberes sobre os mais diversos processos laborais. As festividades ocorridas nas aldeias reúnem não apenas os indígenas da aldeia promotora, mas indígenas advindos de outras aldeias,

5º) Elemento do “Aprender a valorizar as tradições

Na trajetória do Povo Potiguara vamos encontrar um conjunto de atos que se tornaram da tradição.

Aprende a valorizar as tradições, principalmente, no interior das escolas de educação indígena. Há um movimento, entre os Potiguara, de levar a cultura indígena para compor as propostas didático-pedagógicas das escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. A proposta está em vivenciar uma educação diferenciada, de forma a privilegiar o estudo das disciplinas ou eixos temáticos relacionados à etnohistorória, etnogeografia, literatura indígena Potiguara (mitos, lendas e credices) língua Tupi, plantas medicinais, cultivo e produção de alimentos típicos da região. (Palhano Silva e Nascimento, 2012, p. 76)

O povo Potiguara, sobretudo após a emergência étnica (1984), se expôs ao vivenciar de forma pública suas tradições. A culinária, pintura, adorno, musicalidade, técnicas de plantio, cosmologia, religiosidade, dentre outros, foram vivenciados de forma pública, e por tanto, expuseram as suas expressões culturais. Essas

expressividades culturais estão sendo vivenciada no chão das escolas indígenas Potiguara, tornando-se um grandioso aprendizado que fortalece toda a etnia

Outro aspecto da Pedagogia da Existência e das Tradições, expostos por Palhano Silva e Nascimento (2012, p. 78-79) estão expostos em dois outros itens, a saber: a) Saberes da sobrevivência; b) Movimento de emergência étnica.

Nos “saberes da sobrevivência”, destaca-se:

- a) Os saberes são considerados essências, pois perpetuam valores e as tradições;
- b) Os saberes trazem elementos da sobrevivência que são vitais para a etnia;
- c) Os saberes trazem e impulsionam a luta pela terra;
- d) Os saberes são relacionados com as ações de preservação da natureza: fauna, flora e mananciais;
- e) os sabres praticam o cultivo aos valores gerais do Povo, como etnia, aldeia e família; e
- f) os saberes perpetuam as tradições por meio da história oral que integra o capital cultural. (Palhano Silva e Nascimento,2012, p. 78-79).

- No “movimento de emergência étnica”, destaca-se:

- a) Reafirmação da identidade étnica;
- b) Militância política
- c) Ressignificação das práticas educativo-religiosas;
- d) Ritualização do Toré;
- e) Socialização da cultura indígena; e

Produção e distribuição da arte indígena, manifestada, dentre outros através do rico artesanato. (Palhano Silva e Nascimento,2012, p. 78-79).

Por esse perfil da Pedagogia da Existência e das Tradições, Palhano Silva e Nascimento (2012) expressam que a Educação Indígena Potiguara se fortalece pois são aprendizagem que fortalecem a identidade e pertencimento dos educandos e educadores indígenas Potiguara, por um lado; e por outro, fortalece a etnia Potiguara, pois os educadores e educando reverberam os aprendizados no cotidiano da aldeia.

2.2.2 UMA ESCOLA INDÍGENA DIFERENCIADA: DIRETRIZES, CURRÍCULO E MATERIAL DIDÁTICO

Um balanço coletado junto às escolas indígenas Potiguara percebe-se a presença dos parâmetros indicadores do que vem sendo convencionado como modalidade específica denominada de escola diferenciada, marcadamente com diretrizes, currículo e materiais didáticos próprios.

Nas diretrizes curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena (DCNEEI), podemos compreender através desse que se encontra em regime de estudo e votação no Congresso Nacional. O documento defende a educação escolar indígena como uma modalidade de ensino que exige recursos próprios e quadro de pessoal qualificado para atuar. Trata-se do reconhecimento dos povos indígenas e da garantia de acesso ao bem social educação, considerando-se o contexto cultural e de tradição de cada etnia.

Ao estudar esse processo, Palhano Silva e Nascimento (2012, p. 82-85), fazem leitura desse processo da escola indígena que vem sendo articulada pelo MEC/SECAD. Vejamos alguns pontos, em resumo breve, característico dessa escola que valoriza a cultura indígena:

- a) Presente na arquitetura das escolas. Algumas escolas são construídas em formato tradicional das ocas;
- b) Nos currículos que agregam a língua Tupi, e os saberes da natureza e da tradição...;
- c) Nas oficinas educativas, como a de adereços;
- d) Na organização de territórios etnoeducacionais conforme Decreto 6861/2009;
- e) Nas diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena (DCNEEI).

Outras iniciativas foram verificadas, como:

- a) A formação inicial e continuada de professores indígenas que vêm sendo produzidas no território Potiguara, articuladas pelo movimento educacional indígena;

- b) A ação da UFCG executa um curso de graduação para a formação de professores interculturais na aldeia Akajutibiró - no município de Baía da Traição;
- c) No curso de Antropologia Indígena do Campus IV/UFPB - Unidade Rio Tinto, uma pós- graduação *stritu sensu*, mestrado que visa a formação de pesquisadores na área; e
- d) A realização de eventos que visam dialogar com as questões da educação indígena, a exemplo da realização da 1ª. Assembleia de Universitários Indígenas Potiguara. (Palhano Silva e Nascimento, 2012, p. 82-85),

O currículo das escolas indígenas Potiguara vem tratando de implementar um currículo com a educação diferenciada que contempla a vivência da: interculturalidade, bilíngue e comunitária.

A escola diferenciada “[...] é tomada como espaço e o tempo privilegiados em tais reelaborações culturais, quando promove o encontro entre os saberes da tradição e os conhecimentos históricos disciplinarmente formalizados.” (NASCIMENTO, 2009, p. 44).

Assim, a cultura educativa no chão da escola indígena vai sendo contemplada, tendo um conjunto de aprendizagem que ocorre de forma contextualizada, com currículo que contenha conteúdos que articulem aspectos históricos, contemporâneos, vivências com os ancestrais, onde os saberes construam a civilização.

2.2.3.A FORMAÇÃO DE EDUCADORES INDÍGENAS POTIGUARA

Em 1984, o Prof. Eduardo Navarro, USP, ministrou um curso sobre a Língua Tupi para 120 educadores em Marcação. No entanto, ao final do curso só foram certificados 17 educadores. Os educadores diplomados passaram a ministrar aulas em algumas escolas indígenas Potiguara.

Recentemente, após a instalação da Universidade Federal da Paraíba (2006), através do Centro de Ciências Aplicadas e Educação, a questão da Língua Tupi voltou a ser debatida e estudada no território. Isto porque, com a elevação do capital cultural,

adquirido no âmbito universitário, diversos indígenas educadores passaram a realizar cursos “*on line*” sobre a língua tupi ampliando o universo linguístico do Tupi

Após processo da crise sanitária da pandemia Covid-19, um grupo expressivo de educadores que ministravam aulas sobre a língua tupi nas escolas Potiguara, se reuniram e lançaram um movimento da língua Tupi, inclusive produziram um livro a ser impresso pela Secretaria de Educação da Paraíba, visando ampliar e tornar a língua Tupi falante entre os nativos, a começar pelo ambiente escolar Potiguara.

Nesse processo, houve sempre uma relação entre os educadores escolares da língua Tupi com os troncos velhos, caracterizados como guardiãs ancestrais Potiguara, o que colaborou para que o Tupi antigo fosse resgatado na contemporaneidade.

Apesar da crescente valorização da educação escolar indígena, as comunidades Potiguara enfrentam diversos desafios para a implementação de um sistema educacional que seja verdadeiramente reflexivo de suas necessidades e aspirações. Questões como a escassez de materiais didáticos adequados, a falta de formação específica para professores indígenas e a necessidade de uma maior autonomia na gestão educacional são pontos críticos que necessitam de atenção e soluções.

No contexto da educação Potiguara, destaca-se a implementação de metodologias pedagógicas que valorizam a oralidade e as práticas culturais tradicionais como eixos norteadores do processo educativo. Essas abordagens buscam promover uma maior interação entre os alunos e os conhecimentos ancestrais, estimulando o respeito e a valorização da cultura Potiguara, ao mesmo tempo em que se integram conhecimentos acadêmicos globais relevantes.

A integração da oralidade nas práticas educativas nas escolas Potiguara representa uma estratégia fundamental para a preservação da cultura, por exemplo da língua mãe indígena. Através de contação de histórias, canções, rituais e outras práticas orais, os estudantes são imersos na riqueza cultural Potiguara facilitando a aprendizagem e a internalização de valores e conhecimentos tradicionais.

O impacto da educação escolar indígena na preservação da cultura Potiguara é indiscutível. Ao valorizar a oralidade e os saberes tradicionais, a educação escolar indígena se posiciona como uma importante ferramenta de resistência cultural, garantindo a transmissão e revitalização dos conhecimentos e práticas Potiguara, além de preparar as gerações futuras para os desafios de um mundo globalizado, sem perder suas raízes.

2.2.4. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: DESAFIOS E CONQUISTAS

A implementação de uma educação escolar específica e diferenciada para os povos indígenas é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996. Entretanto, na prática, a educação escolar indígena enfrenta diversos desafios, como a falta de professores qualificados, a inadequação dos currículos às realidades culturais locais e a precariedade da infraestrutura.

Essa proposta da escola indígena diferenciada representa uma grande novidade no sistema educacional do país, estabelecendo nas instituições e órgãos responsáveis definir de novas dinâmicas, concepções e mecanismos, “tanto para que essas escolas sejam de fato incorporadas e beneficiadas por sua inclusão no sistema, quanto respeitadas em suas particularidades.” (BRASIL 1998, p.34).

Vários materiais didáticos de língua materna começaram a ser criados e Distribuído pelos ministérios da educação em países que reúnem grupos indígenas seu território. Segundo as diretrizes da UNESCO (Faustino, 2006), a campanha

Os povos indígenas da América Latina ampliam a discussão sobre educação Interculturalmente, com base na defesa das suas identidades linguísticas e étnica. Isso contribuiu para a educação escolar indígena passar a se beneficiar dos programas de apoio mantidos pelo MEC e pelas secretarias estaduais e municipais de educação. A portaria Interministerial nº 559/91 disseminou ações a serem desenvolvidas pelo MEC. O Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI) tem como objetivo principal garantir o direito à educação de qualidade, respeitando a diversidade cultural existente nas diferentes etnias. Este documento busca não apenas a inclusão do saber indígena no currículo escolar, mas também a valorização da identidade e das expressões culturais dos povos originários. Com a implementação do RCNEI, espera-se promover uma educação que reflita as especificidades dos alunos indígenas, proporcionando um ambiente que favoreça a aprendizagem significativa.

A educação escolar indígena Potiguara é um campo de grandes desafios, mas também de significativas oportunidades para a preservação e revitalização da

cultura ancestral. A integração da oralidade ancestral como prática pedagógica é uma das chaves para fortalecer a identidade cultural dos estudantes Potiguara e para garantir que a educação escolar cumpra seu papel de promover o reconhecimento e a valorização da cultura indígena. Para tanto, é necessário um compromisso contínuo das políticas públicas e das comunidades indígenas na construção de uma educação verdadeiramente intercultural e diferenciada.

É claro que muitos educadores ainda continuam enfatizando uma educação indígena conservadora, chegando a apresentar os padres da ordem Jesuítas, como aqueles que iniciaram o processo educativo no Brasil, e se esquecendo que na terra Brasil haviam habitantes, bem como, não levam em consideração que há uma vasta literatura que aborda o processo de ensino aprendizagem. A esse respeito, há um belo artigo de Santos e Silva (2021) que aprofunda essa relação:

Para grande parte dos historiadores, a história educacional do Brasil se iniciou com a chegada dos primeiros padres da ordem dos Jesuítas em 1549, sob o comando do Padre Manuel da Nóbrega. Ao se afirmar isso, esquecesse que os primeiros moradores que aqui viviam (os indígenas), já possuíam sua forma própria de educar e transmitir seus ensinamentos às suas crianças de modo espontâneo, como exemplificado por Silva (2010), Santos e Silva (2017), Silva e Borges (2019). (Santos e Silva, 2021, p. 106).

Os estudos sobre a educação indígena no Brasil avançaram gerando conhecimentos que precisam ser apropriados pelos educadores, indigenistas e outros, pois há em curso um “processo histórico para se garantir uma educação escolar indígena intercultural”, nos diz). (Santos e Silva, 2021, p. 106). E, o indígena imortal Ailton Krenak nos chama a atenção em seu livro: “A Terra pode nos deixar para trás e seguir o seu caminho”. (Ortega, 2020, p. 1).

3. A ORALIDADE ANCESTRAL COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA

Figura nº: 11



Fonte: Autora, Toré na aldeia Akajutibiró, 2019.

A oralidade é um dos pilares da transmissão cultural entre os Potiguara. Contos, mitos, cantos e histórias são formas de ensinar e de manter viva a memória coletiva. Na educação escolar, a valorização da oralidade ancestral pode ser uma ferramenta pedagógica poderosa para fortalecer a identidade cultural dos estudantes. Para Mendonça, Nascimento e Barcellos:

“à memória se apresenta como instrumento de reatualização do passado e de recordações que ficaram preservadas ao longo das gerações. É ela que organiza o conhecimento, as lembranças e as experiências vividas”.(Mendonça, Nascimento, Barcellos, 2020)

Incorporar a oralidade ancestral no currículo escolar implica reconhecer o valor dos saberes tradicionais e proporcionar um ambiente em que os anciãos e as lideranças indígenas possam contribuir diretamente para a formação dos jovens. Essa prática não apenas resiste às formas hegemônicas de educação, mas também promove um aprendizado que respeita e valoriza a cultura Potiguara. Como cita Mendonça, Nascimento, Barcellos (2020): “Sem a experiência, não há como repassar conhecimento; sem conhecimento não há como transmitir valores”.

Ailton Krenak, líder indígena brasileiro, destaca-se por seu incansável esforço em promover e preservar essa forma de expressão tão fundamental para a identidade e continuidade cultural dos povos indígenas. As histórias contadas de geração em

geração são repletas de ensinamentos sobre valores éticos, sociais e ambientais, criando uma educação além do acadêmico.

Para os Potiguaras, a oralidade não é apenas um meio de comunicação, mas um fascinante mecanismo de transmissão de conhecimentos, histórias, leis, e valores fundamentais que definem sua identidade como povo. Por meio da palavra falada, gerações transmitiram observações minuciosas sobre o cosmos, a natureza, e a sociedade, criando um arquivo vivo de sabedoria ancestral essencial para a sobrevivência e adaptação ao seu meio. Tal prática fortalece vínculos comunitários, solidifica experiências coletivas e garante a perpetuação de uma herança cultural rica e diversificada.

A oralidade ancestral desempenha um papel crucial na preservação e transmissão da identidade cultural dos povos indígenas, sendo um dos principais alicerces de sua cultura e organização social. Para os Potiguara, essa prática transcende o simples ato de comunicação, constituindo-se em um meio de preservação dos saberes, valores, e tradições passados de geração em geração. A oralidade não é apenas uma técnica de ensino, mas uma prática cultural que conecta as gerações mais novas à sabedoria dos anciãos, garantindo que a história e os modos de vida da comunidade se mantenham vivos e presentes na educação escolar e no cotidiano da comunidade.

Nesse contexto, a memória coletiva emerge como um conceito central. Maurice Halbwachs (1990) define a memória coletiva como o conjunto de lembranças compartilhadas por um grupo, as quais contribuem para a sua coesão social e para a manutenção de sua identidade. Para os povos indígenas, como os Potiguara, a oralidade é o principal veículo dessa memória coletiva, por meio da qual as histórias, mitos, e tradições são continuamente recriadas e adaptadas às necessidades do presente. Através das narrativas orais, os anciãos preservam e transmitem valores culturais e conhecimentos que moldam a identidade coletiva e individual dos membros da comunidade.

A herança cultural dos povos indígenas, muitas vezes, está profundamente enraizada em suas práticas orais. Diferentemente das sociedades ocidentais, onde o conhecimento é predominantemente transmitido por meio de registros escritos, as sociedades indígenas dependem da oralidade para garantir a continuidade de seus saberes. Conforme argumenta Goody (1987), a oralidade permite uma forma mais flexível de transmissão de conhecimento, uma vez que as histórias e ensinamentos

podem ser adaptados de acordo com o contexto atual, mantendo-se relevantes e conectados à realidade vivida pelos membros da comunidade. Isso é particularmente relevante no caso dos Potiguara, cuja cultura é marcada por práticas e rituais que envolvem a narração de histórias e mitos que reforçam sua ligação com a terra e com os ancestrais.

Além disso, a oralidade está intimamente ligada à construção da identidade cultural. Segundo Ong (1988), as culturas orais desenvolvem mecanismos específicos para a transmissão de conhecimento, como a repetição de fórmulas fixas e a valorização de ensinamentos passados de geração em geração. Para os Potiguara, a oralidade desempenha o papel de garantir que a identidade de cada indivíduo esteja em consonância com a identidade coletiva da comunidade. Por meio de histórias, cânticos e tradições transmitidos oralmente, os jovens Potiguara são educados para compreender seu papel dentro da sociedade e os valores que devem preservar.

A importância da oralidade na preservação da identidade cultural também pode ser observada no impacto que essas práticas têm no fortalecimento dos laços comunitários. A transmissão oral de conhecimentos envolve toda a comunidade, especialmente os mais velhos, que são responsáveis por educar as gerações mais jovens sobre as tradições, rituais e histórias que definem a vida em sociedade. Nesse processo, os anciãos são vistos como figuras de sabedoria e respeito, e a oralidade serve como uma ponte entre as gerações, garantindo que os valores culturais permaneçam intactos. Assim, a oralidade se torna um meio de reforçar a coesão social e a identidade coletiva da comunidade Potiguara.

O papel da oralidade na construção da identidade cultural Potiguara também pode ser analisado à luz do conceito de pertencimento. A oralidade não apenas transmite conhecimentos, mas também confere aos membros da comunidade uma sensação de pertencimento a um grupo maior, com uma história e uma cultura compartilhadas. Conforme sugere Bhabha (1994), as narrativas orais ajudam a construir um sentido de continuidade, onde o passado é sempre lembrado e ressignificado no presente, permitindo que a identidade cultural dos Potiguara seja constantemente reforçada e adaptada às novas realidades sociais e políticas.

Em um cenário de crescente globalização e modernização, a preservação da identidade cultural através da oralidade enfrenta desafios consideráveis. No entanto, ao mesmo tempo, a oralidade oferece uma forma de resistência contra a homogeneização cultural. Para os Potiguara, a prática da oralidade é uma maneira de

proteger e valorizar suas tradições diante das influências externas. Como assinala Cunha (2018), a oralidade se constitui como uma forma de resistência ativa, onde os povos indígenas mantêm viva sua cultura, mesmo diante das pressões para a assimilação por parte da sociedade envolvente.

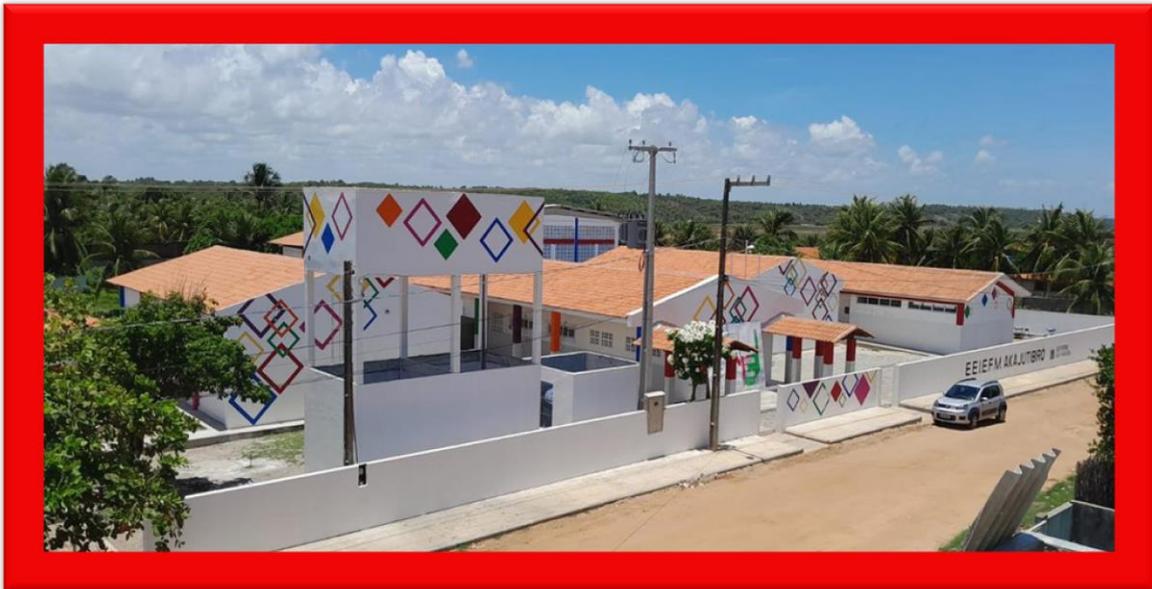
Apesar das pressões externas, as escolas indígenas Potiguara têm integrado a oralidade ancestral em seus currículos, reconhecendo seu papel vital na preservação cultural. Ao incluir práticas orais nas atividades escolares, como rodas de histórias e cantos tradicionais, as escolas não só fortalecem a identidade dos alunos, como também contribuem para a formação de um senso de pertencimento e respeito pela própria cultura. Nesse sentido, a escola torna-se um espaço de resistência cultural, onde a oralidade é celebrada e utilizada como uma ferramenta pedagógica fundamental.

Dessa forma, ao refletir sobre a importância da oralidade para os povos indígenas, especialmente os Potiguara, compreende-se que ela não é apenas uma ferramenta de comunicação, mas um elo essencial na manutenção da memória coletiva, da herança cultural e da identidade. Ao valorizar e preservar essa prática, os Potiguara garantem a sobrevivência de sua cultura em um mundo em constante transformação.

Assim, a oralidade ancestral é um dos instrumentos mais poderosos na preservação da identidade cultural indígena, garantindo a continuidade das tradições e o fortalecimento dos laços comunitários. No caso dos Potiguara, essa prática é essencial para transmitir conhecimentos sobre a história, a terra e os valores culturais, que são pilares de sua identidade coletiva. Ao se adaptar às novas realidades e resistir às influências externas, a oralidade mantém a cultura Potiguara viva e relevante, preservando suas raízes e garantindo que as futuras gerações continuem conectadas à sua herança ancestral.

3.1 POVO POTIGUARA: DA ORALIDADE ANCESTRAL À PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Figura nº: 12



Fonte: Escola Indígena de Ensino Fundamental e Médio Akajutibiró – Baía da Traição – Paraíba.
Fotografia Francinaldo Ferreira.2024

O cerimonial do Toré, geralmente, é iniciado com a palavra do dirigente indígena, Cacique Geral ou Pajé, que faz a saudação aos participantes. Em seguida, forma-se ao centro uma pequena roda composta pelo Cacique Geral, o Pajé, os membros da banda musical e curumins. Esse grupo é responsável por gerar todos os ritmos do Toré. Definem as músicas, tocam tambores, gaita, maracás e iniciam a entoada dos cânticos, empunham flechas e outros instrumentos, sendo ladeada por novas rodas: uma que congrega os demais caciques, anciãos e pajés, seguidas de outras rotas constituídas por membros da etnia Potiguara, parentes e visitantes, que, em círculos, dançam de forma intensa ao som de um extenso repertório musical: “Louça fina”, “Santo Reino”, Galo Preto”, “O sol”, “Os cabocos”, “Tapuia”, “Toquim”, “Camisa”, Pedra Fina”, “Oh Mãe de Deus”, “Caboclas de Pena”, “Caboquinha”, Guarapirá”, dentre outras. Das matas é extraída da planta “jurema” uma preciosa substância que é servida no ritual do Toré. Jurema é um dos ícones que integram o coletivo de símbolos sagrados da expressiva identidade Potiguara.
(Palhano Silva, 2013, p. 220)

Introdução

O capítulo apresenta a questão da “oralidade”. A abordagem é para encontrar os vínculos da oralidade na escola. E para tal, foram realizadas entrevistas com educadores e militantes do campo educacional indígena Potiguara.

Visando facilitar a compreensão, as entrevistas seguem uma sequência, tendo a seguinte sistematização: a) duas perguntas de igual conteúdo para cada entrevistado vinculado a escola indígena; b) uma análise sobre as respostas dos entrevistados; c) duas perguntas para cada entrevistado vinculado ao movimento social; d) uma análise sobre as respostas dos entrevistados; e) por fim, apresenta-se uma análise geral sobre as entrevistas.

Desenvolvimento

Passamos a apresenta na integra as perguntas e respostas pertinente as entrevistas.

3.2 Entrevistada: Educadora indígena Potiguara Dilma Maurício do Nascimento

Tema da questão: “A Oralidade Ancestral como Prática Pedagógica na Educação Escolar Indígena”.

- a) De que forma a oralidade ancestral contribui para a preservação da identidade cultural Potiguara nas escolas indígenas?

“A oralidade ancestral é representada na escola e é necessário representá-la na escola porque ela conta a história dos que já existiram antes, né? E de todo o processo que teve pra do que teve de luta, de conquistas, né? Toda trajetória, todas as especificidades, inserir está dentro da escola é de suma importância, porque um povo não conta história sem seus anciões. Seus anciões são base, a base social do povo indígena. Estou vendo o povo indígena Potiguara ah ancestralidade que eles têm é que vem com a espiritualidade que vem territorialidade é necessário pra nós não saíamos é do prumo de acordo com as especificidades de uma educação que não é nossa, né? Que aqui é uma educação europeia. Então a gente tem que introduzir a ancestralidade, a oralidade para que não nos esqueçamos né? Das nossas histórias do ponto que nós

não podemos ultrapassar”.(Entrevistada: Dilma Maurício do Nascimento, set. 2024).

- b) Quais são os desafios enfrentados pelos educadores ao incorporar práticas orais tradicionais no currículo escolar?

Um dos maiores desafios na introdução dessa prática cultural Viviane não é só a questão de ter que dividir o conceito, educação é escolar né? E educação indígena, a questão é bem mais ampla. A maior dificuldade não é a inserção, é o aceite, o aceite é o são os alunos que foram criados de uma forma é abrangente, né? Hoje em dia temos meios de comunicação variados. Então a questão da oralidade ela pode passar despercebida. Né? Então os pais não conversam mais, não tem mais aquela base de contação de histórias em casa, com os primos com o tio. Então essa criança essa criança é ausente desse processo. A gente então na escola, na educação escolar indígena é a escola introduz trazendo os anciões para escola levando os alunos para a casa dos anciões, para entrevistas sobre a fauna, flora, sobre as práticas culturais, certo? Então, o maior desafio é fazer essa e base é levar pra escola é buscar o interesse do alunado para saber dos temas explorados não é isso? E desenvolver esse trabalho é juntando educação indígena e educação escolar indígena. Né? Isso é no nosso currículo. É o eu acredito que seja a coisa mais difícil de se fazer uma vez que Secretaria de Educação exige um padrão, não é isso? E nós inserimos outro com a educação indígena. Então são dois padrões pra ser inseridos de desenvolvidos, não é isso? Esse é o maior desafio.”.(Entrevistada: Dilma Maurício do Nascimento, set. 2024).

3.2.3 Entrevistado: Educador indígena Potiguara Pedro Lobo dos Santos

Tema do Questionário: “A Oralidade Ancestral como Prática Pedagógica na Educação Escolar Indígena”.

1. De que forma a oralidade ancestral contribui para a preservação da identidade cultural Potiguara nas escolas?

É a oralidade é algo extremamente importante para os povos indígenas. Porque é através da realidade que são

construídos conhecimentos, saberes. Porém algo que tem sido feito na educação escolar indígena também é um registro dessa oralidade, por quê? Porque quando um ancião falece é como se uma biblioteca viva deixasse de existir. Então a contribuição desse ancião dentro do contexto educacional Potiguara é importante trazê-lo pra sala de aula por quê? Ele vai estar trazendo esses conhecimentos ancestrais, ele vai estar trazendo oralidade a força desse conhecimento, por seus saberes. De uma época que essa geração atual não conheceu, não conviveu e também pra a partir dele valorização dos anciãos, né? Que são detentores desses saberes. E essa contribuição precisa ser de certa forma efetivada através dos registros. Então além da oralidade nós povos indígenas também aprendemos a registrar a escrita também como aliada na perpetuação desses saberes ancestrais transmitidos através da oralidade. (Entrevistado: Pedro Lobo dos Santos, out. 2024).

2. Você percebe que a inclusão da oralidade ancestral na prática pedagógica melhora a compreensão dos alunos sobre a sua cultura e história?

É perceptível a compreensão dos estudantes com relação a questão da oralidade e do fortalecimento da cultura porque uma coisa é eles lerem. No livro didático outra coisa é a gente trazer, um ancião, uma anciã, um artesão, uma liderança indígena, um professor indígena pra sala de aula pra trabalhar, é determinada prática ou trabalho determinado contexto e muito dos casos até os próprios estudantes da Aldeia desconheciam que o um avô bisavô seu foi teve uma contribuição grande. Dentro da questão da educação ou do território ou em alguma prática é dentro do da própria aldeia onde eles residem. Então daí essa importância da oralidade e dos estudantes eles terem essa ligação, deles terem esses entrelaçados. É de extrema importância. Além do mais, né? Tudo isso amplia ainda mais o olhar do estudante indígena Potiguara da Paraíba. (Entrevistado: Pedro Lobo dos Santos, out. 2024).

3.2.4 Entrevistada: Educadora indígena Potiguara Cristiane Ferreira Padilha.

Tema: “A Oralidade Ancestral como Prática Pedagógica na Educação Escolar Indígena.

1. De que forma a oralidade ancestral contribui para a preservação da identidade cultural Potiguara nas escolas?

Ela é de suma importância pra que possa da continuidade a cultura de um modo geral, pois ela reflete a nossa história através do conhecimento empírico, tendo como forma de revitalização todos os contextos históricos de uma geração para outras através dos povos originários. No entanto essas narrativas orais e que podemos manter nossos laços historicamente falando e inserindo todos os aprendizados dos nossos ancestrais, e assim, desempenhar papéis fundamentais na construção da nossa identidade. (Entrevistada: Cristiane Ferreira Padilha, out. 2024)

2. Quais são os desafios enfrentados pelos educadores ao incorporar práticas orais tradicionais no currículo escolar?

Um dos principais desafios escolar indígena e as ações do sistema de ensino que nos dificulta em alguns pontos colocar em prática o ensino de qualidade e diferenciado, na qual requer um atendimento específico.

Considerando que seus horizontes de futuro não são os mesmos que os nossos, e não reduzir a questão ao atendimento por meio dos de um ensino aprendizagem diante da nossa realidade de maneira mais ampla. (Entrevistada: Cristiane Ferreira Padilha, out. 2024)

A análise: qualitativa das entrevistas dos professores Indígenas

A análise qualitativa dos questionários fornecidos revela aspectos fundamentais da importância da oralidade ancestral na educação escolar indígena Potiguara e os desafios enfrentados para sua incorporação. A seguir, destaco os pontos-chave:

Analise: Quanto as contribuições da Oralidade Ancestral para a Preservação da Identidade Cultural Potiguara

A oralidade ancestral é vista pelos professores como uma ferramenta crucial para a preservação da identidade cultural Potiguara. Conforme relatado pela professora Dilma Maurício do Nascimento, a oralidade ancestral carrega a história dos antepassados, suas lutas e conquistas, sendo essencial para manter viva a conexão espiritual e territorial dos povos indígenas. Ela ressalta que, em um sistema educacional de matriz europeia, é necessário introduzir a ancestralidade como uma forma de preservar a identidade e a memória cultural, garantindo que os indígenas não se afastem de suas raízes.

O professor Pedro Lobo dos Santos complementa essa visão ao mencionar que, além de ser uma ferramenta para a transmissão de saberes e conhecimentos, a oralidade tem sido registrada para evitar a perda de conhecimentos com a morte dos anciãos, considerados "bibliotecas vivas". Ele destaca que trazer os anciãos para as salas de aula fortalece a ligação dos estudantes com sua cultura e história, ampliando sua visão sobre suas origens e o papel de seus antepassados.

A professora Cristiane Ferreira Padilha reforça a importância da oralidade para dar continuidade à cultura Potiguara, afirmando que as narrativas orais são fundamentais para manter os laços históricos e para a construção da identidade dos povos originários. A oralidade transmite conhecimentos empíricos de geração em geração, desempenhando um papel essencial na revitalização cultural.

Quanto aos desafios na Incorporação das Práticas Oraís Tradicionais no Currículo Escolar

Os professores enfrentam vários desafios ao tentar incorporar práticas orais tradicionais no currículo escolar. A professora Dilma identifica que o maior obstáculo não é apenas a inserção dessas práticas, mas o "aceitamento" por parte dos alunos, que muitas vezes não têm mais contato com as tradições orais em casa. A ausência de uma base familiar na contação de histórias dificulta o interesse dos estudantes por

essas práticas. Ela aponta que a educação escolar indígena precisa fazer um esforço para levar os alunos a interagir com os anciãos, a fim de resgatar a oralidade em um contexto onde a mídia e outras formas de comunicação moderna predominam. Além disso, a coexistência de um currículo escolar padrão e as práticas indígenas representa um grande desafio, pois os educadores precisam lidar com exigências de ambos os sistemas educacionais.

O professor Pedro também destaca a importância da inclusão da oralidade na prática pedagógica, observando que, ao trazer anciãos, artesãos e lideranças indígenas para a sala de aula, os estudantes têm uma compreensão mais profunda de sua cultura. No entanto, ele enfatiza a necessidade de registrar a oralidade para garantir a perpetuação dos saberes ancestrais. A falta de familiaridade de alguns estudantes com a história de seus próprios antepassados é um desafio, pois muitos desconhecem as contribuições de seus avós e bisavós para a comunidade.

A professora Cristiane ressalta que as limitações impostas pelo sistema educacional dificultam a implementação de um ensino de qualidade e diferenciado, adequado às realidades indígenas. Ela menciona a necessidade de um atendimento específico para que o currículo escolar reflita os horizontes culturais dos povos indígenas, e não apenas os padrões impostos pelo sistema tradicional de ensino.

A análise dos depoimentos evidencia que a oralidade ancestral é essencial para a preservação da cultura e identidade Potiguara, mas sua inserção no ambiente escolar enfrenta desafios significativos. Entre esses desafios estão a falta de familiaridade dos estudantes com as tradições orais, a coexistência de diferentes sistemas educacionais, e as barreiras impostas pelo sistema de ensino que dificultam a implementação de um currículo verdadeiramente intercultural. As soluções apontadas incluem o fortalecimento das conexões entre os estudantes e os anciãos, e o registro da oralidade como forma de garantir a perpetuação dos saberes.

3.2.5. Entrevistada: Liderança Indígena Potiguara Josiana Torres de Farias da Silva

Tema do Questionário: “A Oralidade Ancestral como Prática Pedagógica na Educação Escolar Indígena”.

1-Como você definiria a importância da oralidade Ancestral para a preservação da cultura e identidade Potiguara?

É preciso estar diante da oralidade do nosso povo né? Com os nossos troncos ancestrais com os anciões, para que possamos viver os nossos costumes, nossas vivências, nossa tradição com os nossos ancestrais, tendo a sabedoria dos nossos ancestrais para que possamos a cada dia, estar é fortalecendo nossa cultura e estar fortalecido principalmente no espiritual, pra que possamos receber a nossas energias, a energia deles pra que possamos seguir lutando e conquistando e avançando a cada dia. (Entrevistada: Josiana Torres de Farias da Silva, out. 2024)

2- Quais aspectos da oralidade Ancestral você acredita serem fundamentais para a formação dos jovens indígenas dentro da comunidade?

Acredito que os jovens que estão vivendo dentro da sua comunidade, vivendo seu costume, suas tradições, suas crenças né? Vivendo com seus ancestrais, ele a cada dia está vivenciando e ganhando experiência e se identificando a cada dia com seu povo Potiguara. (Entrevistada: Josiana Torres de Farias da Silva, out. 2024)

3.2.6 Entrevistada: Liderança Indígena Potiguara Maria Soares Gomes (COMADRE GUERREIRA)

Tema do Questionário: “A Oralidade Ancestral como Prática Pedagógica na Educação Escolar Indígena”.

1-Como você definiria a importância da oralidade Ancestral para a preservação da cultura e identidade Potiguara?

Minha visão de definir a oralidade ancestral para a preservação da cultura e identidade potiguara.,:(com certeza e de grande importância, sim pois a prática é fundamental para nossa vivência na cultura e valoriza nossa identidade do nosso território potiguara. E assim preservarmos nossa cultura e tradição. (Entrevistada: Maria Soares Gomes - COMADRE GUERREIRA- , out. 2024)

2- Quais aspectos da oralidade Ancestral você acredita serem fundamentais para a formação dos jovens indígenas dentro da comunidade?

É fundamental da continuidade a vivência cultural, a língua materna, está na prática de movimentos indígena, dando valorização e respeitando os anciãos e lideranças Assim do jovem, que se veio da ancestralidade um dia também será uma grande liderança em sua aldeia que também um dia será ancestral. Assim do jovem, que se veio da ancestralidade um dia também será uma grande liderança em sua aldeia que também um dia será ancestral. (Entrevistada: Maria Soares Gomes -COMADRE GUERREIRA, out. 2024)

A análise qualitativa das entrevistas com lideranças indígenas

A análise qualitativa das entrevistas com líderes indígenas reforça o papel vital da oralidade ancestral na preservação da cultura e identidade Potiguara, bem como na formação das futuras gerações. A seguir, abordo os principais pontos destacados por Josiana Torres de Farias da Silva e Maria Soares Gomes (Comadre Guerreira).

1. Quanto a importância da Oralidade Ancestral para a Preservação da Cultura e Identidade Potiguara:

Ambas as líderes indígenas concordam que a oralidade ancestral é essencial para a continuidade da cultura Potiguara. Para Josiana Torres, a oralidade conecta a comunidade com seus "troncos ancestrais", ou seja, seus anciões, que são fontes de sabedoria e espiritualidade. Ela destaca que essa transmissão oral permite que o povo Potiguara viva seus costumes e tradições cotidianamente, fortalecendo a cultura e o espírito. A oralidade, nesse sentido, não é apenas um meio de preservar a história, mas também uma prática viva que mantém o povo Potiguara espiritualmente fortalecido para enfrentar desafios e continuar avançando.

De forma semelhante, Maria Soares Gomes enfatiza que a oralidade ancestral é de "grande importância" para a preservação da identidade Potiguara e do território. Ela reforça que a prática da oralidade é fundamental para a vivência da cultura e a valorização da identidade indígena. Para Maria, a preservação da cultura passa pela manutenção dessas práticas orais que perpetuam os conhecimentos e tradições de geração em geração.

2. Quanto aos aspectos Fundamentais da Oralidade Ancestral para a Formação dos Jovens Indígenas:

Ambas as entrevistadas concordam que a oralidade ancestral desempenha um papel crucial na formação dos jovens indígenas dentro da comunidade. Josiana Torres destaca que, ao viver dentro da comunidade e em contato constante com seus ancestrais e suas tradições, os jovens estão continuamente ganhando experiência e fortalecendo sua identificação com o povo Potiguara. Isso demonstra que a oralidade não só transmite conhecimentos, mas também forma a identidade dos jovens, permitindo que eles se vejam como parte integrante de uma tradição maior.

Maria Soares Gomes também compartilha essa visão, enfatizando que a continuidade da vivência cultural, o uso da língua materna, a participação nos movimentos indígenas, e o respeito pelos anciões são aspectos fundamentais da formação dos jovens. Ela vê a oralidade como um processo de formação contínuo, onde os jovens, ao aprender com os anciões, se preparam para se tornarem futuras lideranças em suas aldeias. Segundo Maria, o jovem que valoriza e vivencia a

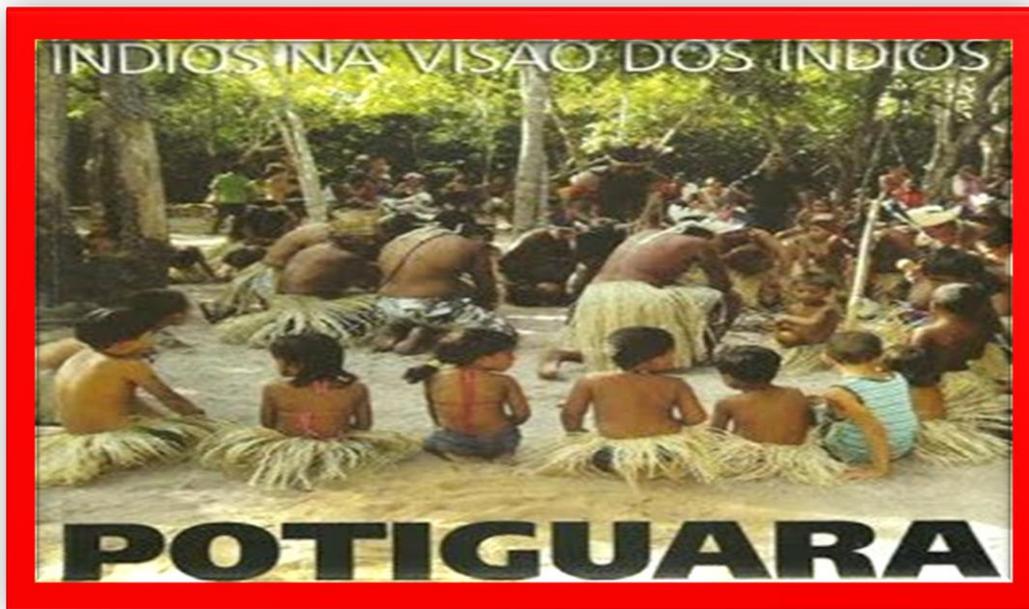
ancestralidade tem potencial para, no futuro, tornar-se um ancião e continuar a transmitir esses conhecimentos para as próximas gerações.

A análise da oralidade das entrevistas com líderes indígenas

A análise das entrevistas revela que a oralidade ancestral é mais do que um método de transmissão de conhecimento; é um elo vital entre o presente e o passado que mantém viva a cultura Potiguara e prepara as futuras gerações para assumirem responsabilidades dentro da comunidade. Tanto Josiana Torres quanto Maria Soares Gomes sublinham a importância da conexão espiritual e cultural que a oralidade proporciona, garantindo que os jovens não apenas aprendam, mas se identifiquem e fortaleçam sua própria identidade cultural. A oralidade é, portanto, uma prática formativa e transformadora, essencial para a continuidade da cultura Potiguara.

CONCLUSÃO

Figura nº: 13



Fonte: Internet, 2024. Capa do livro Potiguara: a visão dos indígenas.

1. A escola indígena Potiguara precisa da oralidade ancestral para vivenciar a *práxis* pedagógica libertadora. Os educandos e educadores se reúnem no chão da escola para vivenciar processo de aprendizagem. Para vivenciar a oralidade ancestral, enquanto uma *práxis* pedagógica libertadora, requer a dialogicidade com os anciões da aldeia, pois só é possível o acesso a rica história dos antepassados pelas palavras dos anciões. Daí, a presença dos anciões na escola indígena ser assumida como uma *práxis*.

2. Os sujeitos da escola indígena devem realizar por meio da pedagogia libertadora a vinculação dos saberes ancestrais com os saberes científicos. No cotidiano escolar os sujeitos interagem recorrendo aos saberes ancestrais e vinculando-os nos aprendizados com os saberes científicos – contemporâneos ou não. Cabe a utilização das ferramentas da pedagogia libertadora para poder realizar a mediação dos vínculos entre os saberes. Inicialmente os sujeitos compreendem o saber que é posto no processo de aprendizagem, e simultaneamente ou não, devem ser convidados a compreendê-los, aceitando ou não suas matrizes, e ficando livres para poderem criar novos saberes. No imaginário social, os saberes ficam disponibilizados.

3. “Minha sala de aula não tem paredes”, dizia Nilda Faustino Potiguara. Era uma *práxis* da educadora Potiguara realizar aulas nas matas, nos rios, na beira mar ou próximo ao fogo. A pedagogia libertadora usada pela educadora indígena propõe aos sujeitos que o processo de conhecimento pode se dar na natureza. Os curumins ou jovens mantinham contato direto com as plantas, água, terra, ar, fogo, tornando a sala de aula fora da escola, e ao mesmo tempo, aprofundando os saberes junto aos elementos apresentados no meio ambiente.

4. O processo do estudar da Tupi nas escolas indígenas Potiguara é exemplo de vinculação dos saberes ancestrais. Observa-se na contemporaneidade um rico processo educativo, onde educadores e educandos procuram apreender a língua mãe da etnia Potiguara. Uns educadores ministram aulas de Tupi tendo apreendido com seus parentes; outro grupo de educadores se reúnem e constroem um livro de Tupi; outros fazem cursos de Tupi em universidades; outros aprendem com os anciões; outros escrevem palavras em Tupi nas paredes das escolas; outros rezam o Pai Nosso na língua Tupi antes das festividades; educandos conversam no núcleo familiar acerca das aulas de Tupi. Enfim, por diversas formas se inicia a aprendizagem a língua Tupi vai sendo retomada pelos Potiguara. Porém, a escola indígena Potiguara cumpre papel central, qual seja: a de promover o estudo da língua Tupi de forma sistemática e tendo o cuidado para fazer-se fluente entre os nativos. A oralidade ancestral é mais que necessária ser vivencia para possibilitar que a língua materna volte a ser de domínio geral da etnia Potiguara.

5. A herança cultural do povo indígena Potiguara está enraizada em suas práticas orais. A escola indígena Potiguara por meio da pedagogia libertadora deve tornar uma *práxis* com visitas regulares e sistemáticas as práticas orais, inclusive com a participação dos troncos velhos. Por ser um espaço social aonde há muita criação, a escola ao tratar da herança cultural produz a sobrevivência da sua cultura para si e para as demais sociedades.

6. Podemos dizer firmemente que: na contemporaneidade a educação indígena ao vivenciar a oralidade ancestral enquanto uma *práxis* pedagógica libertadora no chão da educação escolar indígena Potiguara fortalecer a identidade, o pertencimento, a sociabilidade e a organicidade da etnia Potiguara. A escola é ambiente de pura revolução, pois é onde os educandos e educadores se conhecem e conhecem com os anciões a história do seu povo, fortalecendo a identidade da nação

étnica; construindo laços entre si de sociabilidade e com a comunidade; gerando pertencimento ao povo; forjando organicidade.

7. A relação produção realizada pela escola indígena através da oralidade ancestral reverbera de forma profunda nos sujeitos educativos e na aldeia. Na medida em que a *práxis* da oralidade ancestral se realiza no chão da escola produz uma incorporação nos sujeitos educativos. Ao mesmo tempo, a incorporação leva a interiorização e a externalização pelos sujeitos da escola gerando a preservação da identidade cultural indígena. História, valores, moral, técnicas, conceitos que forem cultivados serão propagados pelos sujeitos educativos como cultural e ficam à disposição da comunidade, pois penetram no imaginário social.

8. A escola diferenciada indígena Potiguara é intercultural, bilingue e comunitária. É espaço da oralidade ancestral, onde há produção de conhecimento, de vivências de práticas e rituais que geram aprendizados sobre as histórias, mitos, lendas, ambientes geográficos, mas é também espaço de conflito entre os sujeitos. Onde na contemporaneidade busca-se o aprendizado do Tupi, enquanto língua mãe.

9. A oralidade ancestral é presente na escola diferenciada indígena Potiguara na medida em que os educandos e educadores realizam a *práxis*. Quando os humanos conseguem fazer a vinculação de processos de vivência na terra com processos ancestrais temos uma prática essencialmente mediada pelos ancestrais que possibilitam a vivência.

10. *A Pedagogia da Existência e das Tradições*, produto de longa convivência e de pesquisa junto às escolas, tornou-se um dos *grandes marcos da educação* diferenciada indígena Potiguara. Pode-se dizer ser um *modus operandi* que vem sendo apropriado e vivenciado por educadores, educandos, intelectuais indigenistas, visto que reúne saberes e formas de aprender, onde os anciões/troncos velhos são evocados para os processos de ensino-aprendizagem, e através de múltiplas metodologias, apoia-se na oralidade ancestral como uma *práxis* pedagógica libertadora para a Educação Escolar Indígena Potiguara.

As anotações foram aqui escritas e estão postas. Fomos, Eu e meu Orientador acompanhados pela energia dos nossos ancestrais, especialmente emanando força, inspiração e sabedoria para gerarmos esse conhecimento. Ao mesmo tempo, rogo novamente aos ancestrais para que ilumine os meus caminhos para que possa trilhar por novas trajetórias sempre fortalecendo meu povo Potiguara.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICA

BARCELLOS, Lusival Antônio. Práticas educativo-religiosas do povo Potiguara. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

BHABHA, Homi K. O local da cultura. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. Lei n.º 23, de 30 de outubro de 1891. Reorganiza os serviços da Administração Federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-23-30-outubro-1891-507888-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003. (Coleção Saraiva de Legislação, 32ª edição).

COSTA, D. C. Política indigenista e assistência à saúde: Noel Nutels e o Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 456-471, out./dez. 1987.

CUNHA, M. C. Oralidade e desafios contemporâneos na educação indígena. Revista Brasileira de Educação, v. 23, n. 85, p. 45-60, 2018.

CUNHA, M. C. Cultura com aspas e outros ensaios. São Paulo: Cosac Naify, 2018.

FERREIRA, A. L. A oralidade como prática pedagógica em escolas indígenas no Brasil. Cadernos de Educação Intercultural, v. 5, n. 1, p. 101-118, 2017.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. O Serviço de Proteção aos Índios. Disponível em: <http://antigo.museudoindio.gov.br/textual/382-o-servico-de-protecao-aos-indios>. Acesso em: 2007.

FIGUEIREDO, Patrícia. Cartas do século 17 são traduzidas do tupi pela 1ª vez na história: 'Por que faço guerra com gente de nosso sangue', escreveu indígena. Portal G1, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/11/05/cartas-do-seculo-17-sao-traduzidas-do-tupi-pela-1a-vez-na-historia-por-que-faco-guerra-com-gente-de-nosso-sangue-escreveu-indigena.ghtml>. Acesso em: 5 nov. 2021.

GOODY, J. The interface between the written and the oral. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

GREENFIELD, P. M.; SUZMAN, E. Oralidade e educação indígena na Austrália e Brasil: um estudo comparativo. *Journal of Indigenous Studies*, v. 9, n. 3, p. 207-225, 2020.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

MARTINS, P. R. Educação escolar indígena e práticas orais na Amazônia brasileira. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

ONG, W. J. *Orality and literacy: The technologizing of the word*. 2. ed. New York: Routledge, 1988.

ISA – Instituto Sócio-Ambiental. Kadiwéu - Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/>. Acesso em: 19 out. 2021.

MIGLIEVCH, A. Da ningüendade do povo brasileiro: um ensaio sobre a antropologia dialética de Darcy Ribeiro. In: MARTINS, P. E.; MUNTEAL, O. (Orgs.). *O Brasil em evidência: a utopia do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: PUC.FGV Editora, 2012.

OLIVEIRA, P. H. Direito indígena à saúde: proteção constitucional e internacional. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Prolind. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/educacao-escolar-indigena/prolind>. Acesso em: 19 abr. 2024.

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI). Funai. Disponível em: <https://escolakids.uol.com.br/geografia/fundacao-nacional-do-indio-funai.htm>. Acesso em: 2024.

ORTEGA, Anna. Ailton Krenak: “A Terra pode nos deixar para trás e seguir o seu caminho”. *Jornal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/ailton-krenak-a-terra-pode-nos-deixar-para-tras-e-seguir-o-seu-caminho/>. Acesso em: 12 nov. 2020.

PALHANO SILVA, Paulo Roberto. Maria Nilda Faustino Batista: mulher guardiã indígena potiguara. Mamanguape: Alca-VM, 2024.

PALHANO SILVA, Paulo Roberto; NASCIMENTO, José Mateus do. Educação e movimentos sociais: registro do TORÉ POTIGUARA - a força da espiritualidade. *Revista Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc. UFRN, Natal*, v. 14, n. 2, p. 216-221, jul./dez. 2013. ISSN 1518-0689.

PALHANO SILVA, Paulo Roberto; NASCIMENTO, José Mateus do. *Etnoeducação Potiguara: pedagogia da existência e das tradições*. João Pessoa: Editora Ideia, 2012.

SÁ, Maria José Ribeiro de; SILVA, Maria das Graças. Educação escolar indígena e saberes culturais. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, v. 28, n. 56,

p. 162-177, set. 2019. Disponível em:
http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-70432019000300162&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 set. 2024. Epub 14 out. 2020.
<https://doi.org/10.21879/faeeba2358-0194.2019.v28.n56.p162-177>.

SANTOS, Pedro Lôbo dos; SILVA, Eduardo Dias da. A educação escolar indígena como fortalecimento da identidade cultural dos Potiguara da Paraíba/Brasil – Considerações iniciais. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 60, n. 1, p. 105-113, jan./abr. 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/tla/a/zhFtBt95P6bTVbwGGkvVmv/?format=pdf>. Acesso em: jan./abr. 2021.

RELATÓRIO FIGUEIREDO. Disponível em:
<https://pt.scribd.com/doc/142787746/Relatorio-Figueiredo>. Acesso em: 1 nov. 2018.

RIBEIRO, Darcy. *Kadiúeu: Serviço de Proteção ao Índio*. 1956.

RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como problema*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como problema*. Coleção Darcy no Bolso, v. 2. Petrópolis: Vozes, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 63, p. 237-